



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº297/2022/CONSUP/IFSULDEMINAS

16 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Licenciatura em História do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Cleber Ávila Barbosa, nomeado pelo Decreto de 04.08.2022, publicado no DOU de 05.08.2022, seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2022, **RESOLVE**:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Licenciatura em História do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, atualizando a resolução 099/2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cleber Ávila Barbosa
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

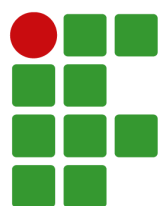
- **Cleber Avila Barbosa, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS**, em 16/12/2022 16:21:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 313449

Código de Autenticação: 6dc3934ace





INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais

Campus
Inconfidentes

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**INCONFIDENTES/MG
2022**



GOVERNO FEDERAL
Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Tomás Dias Sant'Ana

REITOR DO IFSULDEMINAS
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Thiago de Sousa Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Elisângela Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cleber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto e Francisco Vítor de Paula.

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

Evando Luiz Coelho, Cristina Carvalho de Almeida, Simone Villas Ferreira, Renan Servat Sander, Isabel Ribeiro do Valle Teixeira, Marcelo Carvalho Bottazzini e Amauri Araujo Antunes.

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Thiago Marçal da Silva, Maria Aparecida Avelino, Dorival Alves Neto, Felipe Palma da Fonseca, Rafael Martins Neves, Tônia Amanda Paz dos Santos, Arthemisa Freitas Guimarães Costa e João Paulo Espedito Mariano.

Representantes do Corpo Discente

Carolina de Lima Milhorini, Perola Jennifes Leite da Silva, Vinício Augusto da Silva, Carla Inês Silva, Carolina Cassemiro Batiston, Márcia Scodeler e Sara Isabele Lima de Oliveira.

Representantes dos Egressos

Eduardo D'Angelo de Souza, Valéria de Aguiar Lopes, Vinícius Puerta Ramos, Rossevelt Heldt, João Vítor Falciroli Paltrinieri e Glauco Pereira Junqueira

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira e Manoel Messias dos Reis

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto e Célio César dos Santos Aparecido

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

Juliano de Souza Caliar

Campus Poços de Caldas

Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre

Alexandre Fieno da Silva

Campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações

Francisco Vítor de Paula

COORDENADOR DO CURSO

Marcus Fernandes Marcusso

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO

Marcus Fernandes Marcusso, Fátima Saionara Leandro Brito, João Paulo Lopes, Giovane José da Silva, Flávio Henrique Calheiros Casimiro, Paula Inácio Coelho, Ediano Dionísio do Prado, Melissa Salaro Bresci e Lidiane Teixeira Xavier

ELABORAÇÃO DAS EMENTAS – UNIDADES CURRICULARES

Docentes	Disciplina
Ediano Dionísio do Prado	SOCIOLOGIA
	HISTÓRIA RURAL DO BRASIL
	HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL
Fátima Saionara Leandro Brito	HISTÓRIA ANTIGA
	HISTÓRIA MEDIEVAL
	TEORIA DA HISTÓRIA
Marcus Fernandes Marcusso	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO BRASIL I
	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA
	FONTES HISTÓRICAS E PRÁTICA DOCENTE
João Paulo Lopes	HISTÓRIA DO BRASIL III
	HISTÓRIA DA ÁFRICA
	CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
	HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
Livia Carolina Vieira	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS
	DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I ao IV
Roberto Marin Viestel	HISTÓRIA DO BRASIL IV
	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I
	HISTÓRIA DO BRASIL II
Mark Pereira dos Anjos	HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE
Luís Carlos Negri	HISTÓRIA GERAL DA ARTE
	HISTÓRIA E CULTURA POPULAR DE MINAS GERAIS
Giovane José da Silva	HISTÓRIA MODERNA
	HISTÓRIA DA AMÉRICA
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II
	HISTÓRIA DO BRASIL V
Mariana Fernandes Pereira	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Davi Vieira Medeiros	LIBRAS I
	LIBRAS II
Paula Inácio Coelho	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
Melissa Salaro Bresci	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA
	DIDÁTICA GERAL
Lidiane Teixeira Xavier	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

PEDAGOGOS

Cleonice Maria da Silva
Eneida Sales Noronha

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Flávia Sejas Anderson

BIBLIOTECÁRIAS

Angela Regina Pinto
Lidiane de Oliveira

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Fernando Barbosa da Silva

DIRETOR DE ENSINO

Fernanda Aparecida Leonardi

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	9
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	10
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	15
6. JUSTIFICATIVA	16
7. OBJETIVOS DO CURSO	17
7.1. Objetivos gerais	17
7.2. Objetivos específicos	17
8. FORMAS DE ACESSO	18
8.1. Cancelamento de matrícula e evasão	19
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	19
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
10.1. Representação dos núcleos de conhecimento estruturantes do perfil de formação	22
10.2. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	23
10.3. Representação gráfica do perfil de formação	24
10.4. Matriz Curricular	25
11. EMENTÁRIO	27
Bibliografias complementares	55
12. METODOLOGIA	55
12.1. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	56
12.2. Prática como Componente Curricular (PCC)	59
12.3. Curricularização da extensão	61
13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	63
14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)	65
15.1. Da Frequência	70
15.2. Da verificação do rendimento escolar e da aprovação	71
15.3. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	72
15.3.1. Flexibilidade Curricular	73

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	74
17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	76
18. APOIO AO DISCENTE	78
18.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	79
19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	80
20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	81
20.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE	81
21.2. Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente	82
21.3 Atuação do Coordenador	82
21.4 Corpo Docente	83
21.5 Corpo Administrativo	85
22. INFRAESTRUTURA	91
22.1. Biblioteca	91
22.2 Centro de Memória e Documentação	92
22.3 Laboratórios de Ensino e Formação Docente	93
22.4 Gabinetes de trabalho para os professores tempo integral	93
22.6 Demais espaços	94
23. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	95
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXO I - MATRIZ DE TRANSIÇÃO - 2023-2025	98

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Cléber Ávila Barbosa
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37550-000
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Tomás Dias Sant'Ana
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	gabinetesetec@mec.gov.br

1.3. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

Nome do local de oferta	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS – <i>Campus Inconfidentes</i>
CNPJ	10.648.539/0004-58
Nome do Dirigente	Luiz Flávio Reis Fernandes
Endereço do Instituto	Praça Tiradentes, 416
Bairro	Centro
Cidade	Inconfidentes
UF	Minas Gerais
CEP	37576-000
DDD/Telefone	(35) 3464 1200
E-mail	gabinete.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Licenciatura em História

Modalidade: Presencial com om até 40% da carga horária em oferta à distância

Local de Funcionamento: Campus Inconfidentes

Ano de Implantação: 2019

Habilitação: Licenciado em História

Turno de Funcionamento: Noturno

Número de Vagas Oferecidas: 35

Forma de ingresso: Processo Seletivo e SiSU

Requisitos de Acesso: Ter concluído o ensino médio

Duração do Curso: 4 anos

Periodicidade de oferta: anual

Estágio Supervisionado: 400 horas

Carga Horária total: 3.200h

Ato Autorizativo: Resolução nº 099/2018 CONSUP/IFSULDEMINAS

Portaria de Reconhecimento:

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, com proposta orçamentária anual para cada Campus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

Campus Inconfidentes;

Campus Machado;
Campus Muzambinho;
Campus Passos;
Campus Poços de Caldas;
Campus Pouso Alegre;
Campus avançado de Carmo de Minas;
Campus avançado de Três Corações;
Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em *Campus* Inconfidentes, *Campus* Machado e *Campus* Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009 estes três *Campi* iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *Campus* Passos, *Campus* Poços de Caldas e *Campus* Pouso Alegre. Em 2013, foram criados os *Campi* avançados de Carmo de Minas e de Três Corações, ambos derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito mineiro das águas, que foi protocolada no Ministério da Educação em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos *Campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos *Campi*.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Planejamento e Administração; Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

O IFSULDEMINAS possui a missão de “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais”.

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO *CAMPUS* INCONFIDENTES

O IFSULDEMINAS, *Campus* Inconfidentes, originou-se da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes MG – “Visconde de Mauá” que iniciou suas atividades em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto nº 12.893, nove anos após a criação da primeira Escola Agrícola no Brasil, ainda como Patronato Agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Permaneceu assim até o final da década de 1950, quando então passou a ser denominada Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, oferecendo curso ginásial, durante toda a década de 1960. Em 1978, passou à Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG “Visconde de Mauá” (EAFI) com 203 alunos matriculados. A partir desse ano, desenvolveu-se o sistema Escola-Fazenda, destacando-se a implantação da Cooperativa-Escola como elo entre a Escola e o Mercado Consumidor, consolidando a filosofia do “Aprender a fazer e fazer para aprender”.

Este fato proporcionou a integração de três mecanismos fundamentais: Sala de aula, Unidades Educativas de Produção (UEP) e Cooperativa-Escola. Como instrumentos complementares, desenvolveram-se os sistemas de Monitoria e Estágio Supervisionado. Essas ações perduraram por toda a década de 80 e foram responsáveis pela evolução da Escola em todas as áreas Pedagógicas, Administrativas e de Produção Agropecuária. Era ministrado durante esse período o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º Grau.

Em 1993, o processo de autarquização trouxe nova dinâmica à Escola, que além das questões administrativas e pedagógicas, provocou novas necessidades de ajustes para atender à crescente demanda da comunidade regional.

A partir do ano de 1995 foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 alunos matriculados.

Em 1998, com 862 matrículas, ofereciam-se os cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura, nas formas concomitante e sequencial e efetivou-se a separação do ensino médio do ensino profissional.

Em 1999, registra-se a iniciativa para a efetivação dos Programas de Educação Para Jovens e Adultos e o “Telecurso 1º e 2º Graus”, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes.

No ano de 2004, com 1.572 matrículas, a EAFI objetivou ser foco de referência no Estado. O compromisso institucional foi o de promover o desenvolvimento educacional da região por meio da oferta de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades. Em novembro desse mesmo ano a EAFI finalizou o projeto do Curso Superior de Tecnologia em

Gestão Ambiental na Agropecuária, autorizado por comissão do MEC, Portaria N° 4244 de 21/12/2004, publicada no DOU de 22/12/2004, Seção I, página 18.

Com o intuito de ofertar outros cursos de nível superior, como parte integrante do projeto de desenvolvimento da instituição, foi iniciado em 2005 o processo para a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura. Este curso foi autorizado pela comissão do MEC, conforme consta na Portaria n.º 781 de 24/03/2006, publicada no DOU de 27/03/2006, Seção I, página 18. Concomitantemente, elaboravam-se projetos para oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Informática e Processamento de Alimentos.

A partir desse compromisso, a EAFI definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local em interface permanente com o mercado de trabalho global e o sistema educacional.

As Escolas Agrotécnicas Federais tiveram o compromisso com a formação integral dos seus alunos, na oferta da educação básica, técnica e superior, e na promoção do desenvolvimento econômico regional. Portanto, buscavam atender aos anseios da comunidade ofertando educação de qualidade, prestando serviços nas suas atividades de pesquisa e extensão, respondendo às necessidades e demandas sociais oriundas do meio no qual se encontravam inseridas.

Em 2008 uma nova ordenação da Rede com uma proposta educacional inovadora, abrangendo todos os estados brasileiros, propôs criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a oferta de cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ter uma nova identidade por afirmar seu caráter social de origem e possibilitar o redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico.

O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais surgiu com a unificação de três Escolas Agrotécnicas, Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

O *Campus* Inconfidentes possui Unidades Educacionais de Produção voltadas à parte zootécnica, agrícola e agroindustrial. Conta também com laboratórios, dos quais podem destacar-se: Laboratório de Sistemática e Morfologia Vegetal; Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Zoologia; Laboratório de Coleção Biológica de Vespas Sociais; Laboratório de Química; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE); Sala do PIBID; Museu de História Natural "Professor Laércio Loures"; Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Ensino de Matemática; Laboratório de Análise do Solo; Laboratório de Física do Solo; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Entomologia e Agroecologia; Laboratório de Resíduos Sólidos;

Laboratório de Análises Física e Química da Água; Laboratório de Biotecnologia; Laboratório de Manejo de Bacias Hidrográficas; Laboratório de Geologia; Laboratório de Inseminação Artificial; Laboratório de Mecanização Agrícola; Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Fitopatologia; Laboratório de Sementes; Laboratório de Física; Laboratório de Informática (1, 2, 3, 4); Laboratório de Informática Orientada; Laboratório de Informática Empreendedorismo; Laboratório de Hardware; Laboratório de Redes; Laboratório de Sensoriamento Remoto; Laboratórios de Agrimensura/Equipamentos; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório Aberto de Hidráulica e Irrigação e Laboratório de Pesquisa em Biociências. Além disso, possui uma biblioteca equipada com salas de estudos; oferece acesso à internet; e salas de aulas com equipamentos audiovisuais, como projetores e computadores. O Instituto ainda conta com um ginásio poliesportivo para desenvolvimento de atividades físicas e sala de jogos para entretenimento.

O IFSULDEMINAS, *Campus* Inconfidentes tem avançado na perspectiva inclusiva com a constituição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que possui regimento interno, visando atender educandos com limitação para o desempenho das atividades acadêmicas. Busca promover a acessibilidade através da adequação de sua infraestrutura física e curricular, como a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nos cursos de licenciatura, e a inserção na estrutura curricular de seus cursos de temáticas que abordem as políticas inclusivas.

No intuito de também promover o crescimento e o desenvolvimento dos seus alunos, realiza atividades artístico-culturais, esportivas e cívicas como seminários, jornadas científicas e tecnológicas, campeonatos esportivos, fanfarra, orquestras, coral, grupo de dança, grupo de teatro, entre outros.

Por meio do projeto “Casa das Artes” a Coordenação de Arte e Cultura do *Campus* Inconfidentes desenvolve projetos artísticos como o “Grupo de Teatro Arte Federal”; as “Tertúlias Literárias Dialógicas”; o “Coral enCanto”; “A Horda dos Poetas Esquecidos”; a Fanfarra Prof. Gabriel Vilas Boas; o “IFCine”, “Orquestra de Violões”, “Eu Canto Samba” e “Som no Campus”. Trata-se de um espaço destinado a atividades artístico-culturais que atende às comunidades interna e externa.

Funcionando em sua sede, na cidade de Inconfidentes - MG, o *Campus* oferece, educação superior nos seguintes cursos:

Graduação em: Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia de Redes de Computadores, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica,

Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas;

Pós-graduação *latu-senso*: Especialização em Gestão Ambiental, Especialização em Gestão Ambiental para a Polícia Militar e Especialização em Educação Infantil.

Ensino técnico integrado: Técnico em Agrimensura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos, Técnico em Informática e Técnico em Administração na modalidade PROEJA.

Subsequente: Técnico em Meio Ambiente.

Desde o ano de 2010, o Campus Inconfidentes vem atuando também na modalidade de Ensino a Distância com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs), Técnicos subsequentes e, mais recentemente, o Medio-TEC.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em História do Campus Inconfidentes será ofertado de forma presencial, em período noturno e contará com um total de oito semestres. A entrada de discente será anual e com oferta de 35 vagas, com processos de seleção vigentes na organização institucional do IFSULDEMINAS. A organização curricular se divide em três núcleos: 1) Núcleo de formação geral: disciplinas específicas da formação em História e as disciplinas pedagógicas da formação docente; 2) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: disciplinas que abordam temáticas específicas que se relacionam com a realidade sócio-histórica da região onde o Campus está inserido, além de promover conhecimentos interdisciplinares; 3) Núcleo de Estudos Integradores: disciplinas ligadas diretamente à prática profissional (estágio supervisionado e TCC) e realização de atividades para enriquecimento curricular, como eventos acadêmicos, culturais, esportivos, etc.

O profissional de História encontra hoje um campo de trabalho cada vez mais aberto e consolidado. Se até algumas décadas atrás o profissional com formação em Licenciatura na área de História atuava, em grande medida, apenas como professor do ensino fundamental, médio e, em alguns poucos casos, na educação superior, essa situação se alterou substancialmente. Os conhecimentos e o campo de atuação de um historiador, atualmente são requisitados em trabalhos de pesquisa e consultoria nas áreas da Cultura e Política, organização de acervos em arquivos, bibliotecas e museus (públicos e/ou privados), redação de revistas e periódicos, organização de exposições históricas e eventos, entre muitas outras atividades.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura oferecido pelo IFSULDEMINAS, propõe uma formação de profissionais para atuarem na educação básica, discutindo a Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura pelo viés histórico, articulando o trabalho como princípio educativo, a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos. Ao aproximar a teoria do curso da realidade das salas de aula e do mundo do trabalho, os alunos são instigados a desenvolver consciência crítica, política e ética para serem transformadores sociais. Privilegiando a competência pedagógica do historiador, o curso dará ênfase às atividades relacionadas à produção do conhecimento e à utilização dos instrumentos de transmissão do saber histórico, ou seja, os materiais didáticos e outras formas de comunicação do saber. Essas atividades têm como objetivo proporcionar aos licenciados maior consistência na sua atuação profissional. Tal formação proporcionará contato com as diferentes áreas de estudo da História, possibilitando ao aluno prosseguir os estudos nos cursos de Pós-Graduação e se preparar para a atuação no ensino superior.

6. JUSTIFICATIVA

O primeiro elemento que justifica a criação do curso se refere ao desenho institucional do IFSULDEMINAS. Em larga perspectiva, tomando como referência a Lei 11.892/2008, os objetivos do IFSULDEMINAS, devem contemplar, entre outros, ministrar aulas em nível de educação superior “b) cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica para formar professores de educação profissional e de educação básica, sobretudo nas áreas de ciência e matemática (reserva de 20% das vagas para esse fim)” (IFSULDEMINAS, 2013, p.25).

Outro aspecto importante se manifesta na ausência de instituições públicas que oferecem o curso na região, forçando os estudantes interessados a se deslocarem para grandes centros ou instituições privadas.

Colaborou ainda para a criação do referido curso o fato da identificação de inúmeras condições locais favoráveis, ou seja: 1) projeto de expansão; 2) existência de Cursos de Graduação presenciais na área de Educação (Licenciaturas em Matemática, Ciências Biológicas e Pedagogia; 3) disponibilidade de recursos humanos na área de Educação e em áreas correlatas; 4) disponibilidade de recursos humanos na área de História; 5) gratuidade do ensino; 6) disponibilidade de recursos materiais.

Diante da conjuntura que se desenhou, o curso presencial de Licenciatura em História terá oferta anual de 35 vagas, em período noturno, oferecendo aos estudantes a oportunidade de

acesso a instituição pública, gratuita e com formação de qualidade, tanto para a docência, quanto para o prosseguimento em estudos posteriores.

De acordo com o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024), uma das metas sobre a educação Superior prevê a elevação da “taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.” (IBGE/PNAD, 2015). No Estado de Minas Gerais a taxa líquida é de 19,7% de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior, enquanto a taxa bruta atinge 35,7%.

Em levantamento de demanda pública sobre a implantação do curso de Licenciatura em História Presencial, realizada por meio de enquete virtual disponibilizada na página do Campus Inconfidentes, entre os dias 2 e 7 de agosto. Obteve-se como resultado final 3014 votos, dos quais 2700 (89,6%) a favor da criação, e 314 (10,4%) contrários. Resultado expressivo para a região, colaborando para a criação e inserção do curso de Licenciatura em História na lista de cursos presenciais oferecidos pelo campus Inconfidentes.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivos gerais

- Formar professores de História para o exercício da profissão, seja pelo domínio da tarefa pedagógica, conjugando competências para o exercício qualificado do magistério na área da História, seja pelo domínio dos conteúdos da área da História e seu diálogo com as demais áreas de conhecimento.
- Estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação científica.
- Assegurar a formação de um profissional na área da História capacitado para atuar na educação básica e profissional e tecnológica.

7.2 Objetivos específicos

- Proporcionar uma formação que se apoie na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação profissional e como método de ensino-aprendizagem.
- Estimular o conhecimento de diferentes culturas históricas, fortalecendo a perspectiva de tolerância e solidariedade em que se assenta a vida social.
- Concorrer para uma formação que esteja articulada com os demais níveis e modalidades de ensino da Instituição, valorizando a integração da teoria com a prática e a contextualização com o meio social, econômico e cultural.

- Promover a extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- Proporcionar aos licenciandos condições teórico-práticas de atuarem como docente que problematize junto com seus alunos da Educação Básica os conhecimentos da História e de suas relações com as demais ciências.
- Formar licenciandos capazes de construir um diálogo constante entre a sua área de conhecimento, as demais áreas e o mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.
- Formar professores que compreendam a disciplina historiográfica como um campo de possibilidades transformadoras, na perspectiva da visão crítica sobre as sociedades humanas em sua configuração histórica, no transcurso do tempo.
- Formar professores que apresentem o domínio dos conhecimentos básicos que são objetos de ensino, bem como a capacidade de aplicar métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- Propiciar aos licenciandos o domínio de diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento, com destaque para a capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar.
- Estimular uma formação docente que estimule a inovação pedagógica, tanto no que diz respeito aos recursos/estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.
- Formar profissionais que estejam aptos a desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

8. FORMAS DE ACESSO

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, os estudantes ingressam no IFSULDEMINAS mediante processos seletivos promovidos de acordo com a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que foi regulamentada pelo Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, da seguinte forma: 30% das vagas totais do processo seletivo destinam-se ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada), as vagas remanescentes são destinadas à ampla concorrência. Das vagas do SiSU, 5% são reservadas a candidatos com deficiência e 50% destinam-se a candidatos que optam por concorrer por meio do sistema de cotas.

O processo seletivo será divulgado por meio de edital publicado pela Imprensa Oficial, com indicação de requisitos, condições sistemáticas do processo e número de vagas oferecidas. Os candidatos também poderão ingressar por meio de transferências interna, externa e *ex officio*, que estarão condicionadas à disponibilidade de vagas no curso pretendido, à compatibilidade curricular e à aprovação em teste de conhecimentos.

O curso será oferecido no período noturno; número de vagas será de 35 alunos por turma, com ingresso anual. O candidato que se considerar em situação de vulnerabilidade social poderá solicitar avaliação socioeconômica para fins de isenção da taxa de inscrição.

Os períodos de matrícula e de rematrícula serão previstos em calendário acadêmico. O discente que não reativar sua matrícula no período estipulado será considerado evadido, perdendo automaticamente sua vaga na instituição. Deverá a instituição emitir o comprovante de matrícula ou de rematrícula para o estudante. Os demais procedimentos deverão seguir o disposto nas Normas Acadêmicas dos Cursos Superiores do IFSULDEMINAS.

8.1 Cancelamento de matrícula e evasão

O cancelamento da matrícula poderá ocorrer mediante:

- 1) Requerimento do discente ou do seu representante legal, caso seja menor de 18 anos, dirigido à seção de registros acadêmicos (SRA). A partir do momento da assinatura do termo de desistência, o discente que desejar ingressar novamente no IFSULDEMINAS deverá prestar novo processo seletivo.
- 2) Por ofício, extraordinariamente emitido pela Instituição, quando o discente infringir as normas do Regimento do Corpo Discente do IFSULDEMINAS.
- 3) O discente será considerado evadido conforme os critérios vigentes na resolução que trata sobre normas acadêmicas dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O perfil profissional do egresso está de acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de História, definidas pela Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 e pelo Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses da Instituição de Ensino Superior (IES), com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc). As competências e habilidades gerais que o Egresso deve apresentar se dividem entre gerais, e específicas para os licenciados, como consta a seguir:

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- c. domínio das diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento;
- d. capacidade de efetuar a transposição didática, realizando assim a adaptação da densidade dos conteúdos aprendidos na Universidade ao nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, numa dinâmica que vai do mais complexo ao menos complexo;
- e. capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar
- f. capacidade de lidar com o livro didático, de confrontá-lo e ao mesmo tempo valorizar as suas potencialidades;

g. capacidade de inovar pedagogicamente, tanto no que diz respeito aos recursos/estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Licenciatura em História, procurou evitar a fragmentação de conteúdos e estratégias de ensino que costuma estar associada ao grande número e a especialização das disciplinas constituintes dos cursos superiores.

Como se pode observar, os componentes curriculares foram concebidos de modo a articular os diversos momentos da formação docente. O Curso atende à Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 e pelo Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Atende também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores, estabelecido pela Resolução CNE n. 2, de 01 de julho de 2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, curso de formação pedagógica para graduados e curso de segunda licenciatura - e para a formação continuada).

O curso de Licenciatura em História apresenta 3.200h de carga horária total, conforme especificado:

- 2.200h para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares de formação específica, presencial, em sala de aula;
- 400 horas de Prática como Componente Curricular (PCC), articulado aos componentes curriculares ao longo de todo o curso;
- 400 horas de Estágio Supervisionado, articulado aos componentes curriculares do curso, assim divididos: 200 horas nos anos finais do Ensino Fundamental; 200 horas no ensino médio.
- 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).
- Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: será trabalhada diretamente nas disciplinas: “História da África”, “História do Brasil I e II” “Fundamentos e metodologia do ensino de história”, “Didática geral” e “Estágio supervisionado IV”.

- Duas disciplinas optativas, totalizando 33h20, de livre escolha do estudante, ou seja, podem ser cursadas tanto no próprio curso, mediante a oferta pelos docentes, quanto em outros cursos de graduação ofertados pelo IFSULDEMINAS, Campus Inconfidentes.
- Libras: a disciplina de Libras compõe o currículo do curso atendendo ao Dec. Nº 5.626/2005.
- Educação Ambiental: está inserida na prática, especialmente na disciplina História e Meio Ambiente, de diferentes disciplinas em atendimento à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CP/CNE Nº 2/2012.
- Educação em Direitos Humanos: em atendimento à Resolução Nº 1 de 30 de maio de 2012. Será trabalhada em diversas disciplinas com ênfase para as seguintes: “História Contemporânea I e II”, “História dos movimentos sociais”, “História Rural do Brasil”.

10.1. Representação dos núcleos de conhecimento estruturantes do perfil de formação

Conforme o Art. 12 da Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015, a organização curricular do curso de Licenciatura em História se divide em três núcleos:

Núcleo de formação geral;

Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos;

Núcleo de estudos integradores.

Núcleo de Formação Geral
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA
INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA
DIDÁTICA GERAL
TEORIA DA HISTÓRIA
HISTÓRIA GERAL DA ARTE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
HISTÓRIA DA ÁFRICA
PRÁTICAS EXTENSIONISTAS I ao IV
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS
HISTÓRIA DO BRASIL I, II, III, IV e V
POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL
FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
HISTÓRIA ANTIGA
HISTÓRIA MEDIEVAL
HISTÓRIA MODERNA
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I e II

HISTÓRIA DA AMÉRICA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos
HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE
HISTÓRIA RURAL DO BRASIL
HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL
LIBRAS I
LIBRAS II
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
HISTÓRIA E CULTURA POPULAR DE MINAS GERAIS
HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
OPTATIVAS I E II
FONTES HISTÓRICAS E PRÁTICA DOCENTE

Núcleo de Estudos Integradores
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) I
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS

10.2 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades de ensino serão desenvolvidas nas diferentes disciplinas que compõem o curso, nas atividades acadêmico-científicas e culturais (AACCs), projetos de pesquisa e de Conclusão de Curso na área de educação, estágios obrigatórios (Escolas de Ensino fundamental e médio) e voluntários, monitorias, eventos direcionados para educação e ensino (congressos, encontros etc.), intercâmbio estudantil entre outros.

As ações de pesquisa e extensão se estabelecerão por meio do incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e Trabalhos de Conclusão de Curso em diferentes áreas do campo da educação, com possibilidades de bolsas de fomento interno, CAPES, FAPEMIG e CNPq; parcerias com outras Instituições de Pesquisa e Institutos Federais; publicações em revistas com Qualis (nacionais e internacionais); interação com diferentes núcleos de pesquisa e extensão do próprio Campus Inconfidentes, Intercâmbio; eventos direcionados às áreas de interesse do aluno (congressos, encontros etc), estágio voluntário nos laboratórios do curso e atividades acadêmico-científicas e culturais (AACCs).

10.3. Representação gráfica do perfil de formação

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
História da Educação	História do Brasil I	Educação Inclusiva	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	História Contemporânea I	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	História do Brasil V	Historiografia Brasileira
Introdução à sociologia	História, Memória e Patrimônio	História Medieval	Didática Geral	Estágio Supervisionado do I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV
História Geral da Arte	História Antiga	História da África	História do Brasil III	História do Brasil IV	História da América	Libras II	Práticas extensionistas IV
Leitura e Produção de Texto	Psicologia da Educação	Teoria da História	História Moderna	História Moderna	História Contemporânea II	Optativa II	Docência na Educação à Distância
Introdução ao estudo da História	Filosofia da Educação	História do Brasil II	Práticas extensionistas II	História e Meio Ambiente	Práticas extensionistas III	História Rural do Brasil	Fontes Históricas e prática docente
		Sociologia da Educação	História e Cultura Popular de Minas Gerais	Educação e Tecnologias		Optativa I	
	Práticas extensionistas I	Libras I		TCC I: iniciação à pesquisa	Escola e Diversidade	AACC	História dos movimentos sociais no Brasil
AACC	AACC	AACC		AACC	AACC		

Legenda:

	Núcleo de Formação Geral
	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos
	Núcleo de Estudos Integradores

10.4 Matriz Curricular

1º Semestre							
	Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	Leitura e Produção de Texto	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
2	História da Educação	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
3	História Geral da Arte	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
4	Introdução ao Estudo da História	4	80	66:40:00	10:00:00	0:00:00	76:40:00
5	Introdução à Sociologia	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
Total		12	240	200:00:00	20:00:00	0:00:00	220:00:00
2º semestre							
	Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	História, Memória e Patrimônio	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
2	Filosofia da Educação	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
3	Psicologia da Educação	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
4	História Antiga	2	40	33:20:00	10:00	0:00:00	43:20:00
5	História do Brasil I	4	80	33:20:00	20:00:00	33:20:00	86:40:00
6	Práticas extensionistas I	0	0	80:00:00	0:00:00	00:00	80:00:00
Total		12	240	246:40:00	50:00:00	33:20:00	300:00:00
3º semestre							
	Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	Educação inclusiva	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
2	História da África	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
3	História Medieval	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
4	Teoria da História	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
5	História Do Brasil II	4	80	66:40:00	20:00:00	0:00:00	86:40:00
6	Libras	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
7	Sociologia da Educação	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
Total		16	320	266:40:00	60:00:00	0:00:00	326:40:00
4º semestre							
	Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	Didática Geral	4	80	66:40:00	10:00:00	0:00:00	76:40:00

2	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
3	História e Cultura Popular de Minas Gerais	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
4	História do Brasil III	4	80	33:20:00	20:00:00	33:20:00	86:40:00
5	História Moderna	4	80	66:40:00	20:00:00	0:00:00	86:40:00
7	Práticas extensionistas II	0	0	80:00:00	0:00:00	00:00	80:00:00
Total		16	320	313:20:00	60:00:00	33:20:00	326:40:00

5º semestre

Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL	
	Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD		
1	TCC I: iniciação à pesquisa	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
2	História e meio ambiente	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
3	Estágio Supervisionado I	2	40	13:20:00	0:00:00	30:00:00	43:20:00
4	História Contemporânea I	4	80	66:40:00	20:00:00	0:00:00	86:40:00
5	História do Brasil IV	4	80	33:20:00	20:00:00	30:00:00	83:20:00
6	Educação e tecnologias	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
Total		16	320	213:20:00	40:00:00	60:00:00	313:20:00

6º semestre

Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL	
	Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD		
1	História Contemporânea II	2	40	03:20	20:00:00	30:00:00	53:20:00
2	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	2	40	33:20:00	20:00:00	0:00:00	53:20:00
3	Optativa I	2	40	0:00:00	0:00:00	33:20:00	33:20:00
4	História da América	4	80	66:40:00	20:00:00	0:00:00	86:40:00
5	Estágio Supervisionado II	2	40	13:20:00	0:00:00	30:00:00	43:20:00
6	Escola e diversidade	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
7	Práticas extensionistas III	0	0	80:00:00	0:00:00	00:00	80:00:00
Total		14	280	230:00:00	70:00:00	93:20:00	313:20:00

7º semestre

Disciplinas	Aulas		Carga Horária			TOTAL	
	Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD		
1	História Rural do Brasil	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00:00	43:20:00
2	Estágio Supervisionado III	2	20	13:20:00	0:00:00	30:00:00	43:20:00
3	História do Brasil V	2	40	03:20	20:00:00	30:00:00	53:20:00
4	Optativa II	2	40	0:00:00	0:00:00	33:20:00	33:20:00

5	Libras II	2	40	33:20:00	20:00:00	0:00:00	53:20:00
6	TCC II	2	40	3:20:00	0:00:00	40:00:00	43:20:00
Total		12	220	86:40:00	50:00:00	133:20:00	270:00:00
8º semestre							
	Disciplinas	Aulas Presenciais		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	Estágio supervisionado IV	2	40	13:20:00	0:00:00	30:00:00	43:20:00
2	Historiografia Brasileira	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
3	Docência na Educação à Distância	4	80	6:40:00	40:00:00	60:00:00	106:40:00
4	História dos Movimentos Sociais no Brasil	2	40	33:20:00	0:00:00	0:00:00	33:20:00
5	Práticas extensionistas IV	0	0	80:00:00	0:00:00	00:00	80:00:00
6	Fontes Históricas e prática docente	2	40	03:20	30:00:00	30:00:00	63:20:00
Total		12	240	170:00:00	70:00:00	120:00:00	360:00:00

Dados gerais do curso			Total
Carga Horária de disciplinas	Presencial	1726:40:00*	2200:00:00
	À distância	473:20:00	
Atividades Complementares			200:00:00
Estágio Obrigatório Supervisionado			400:00:00
Prática como Componente curricular			400:00:00
Carga Horária Total do Curso			3200:00:00

* As disciplinas de Práticas extensionistas I ao IV compõem essa carga horária, contabilizando um total de 320 horas, referentes à curricularização da extensão, cuja descrição detalhada está no item 12.3.

11. EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO			
Período de oferta: 1º			
Carga horária total: 33h20min	Presencial:	EAD: 0	PCC: 0

	33h20min		
Ementa			
Exercício constante do idioma na análise de textos e práticas de expressão. Desenvolvimento das habilidades de leitura e produção de textos diversos em uma abordagem linguístico-discursiva. Gêneros textuais diversos (textos jornalísticos, literários, publicitários, científicos etc.) e tipos textuais (descrição, narração, argumentação, exposição e injunção). Discussão acerca do tema diversidade étnica e racial através da interpretação de textos e do estudo dos gêneros textuais.			
Bibliografias básicas			
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação . 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.			
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar . 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.			
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita . 13.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002			
Bibliografias complementares			
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa . 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam . 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 87 p.			
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 29 ^a .ed. São Paulo: Atlas, 2004.			
PEREIRA, Edimilson de Almeida. Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira . Belo Horizonte: Mazza/ Ed. da PUC-MG, 2001. Em parceria com Núbia Pereira M. Gomes. Portal Literafro: www.lettras.ufmg.br/literafro			
DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, São Paulo: Objetiva, Nova edição, 2009.			

Disciplina: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO			
Período de oferta: 1º			
Carga horária total: 33h20min	Teórica: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
Importância da percepção e entendimento do Contexto Histórico. Panorama da concepção ode educação da Antiguidade ao século XX. Educação no Brasil. A educação jesuítica. As reformas pombalinas. A educação indígena. Educação, relações sociais e os negros no Brasil. O período joanino e as escolas superiores. A Educação no Império. O Ato Adicional. O ensino e os exames preparatórios. As reformas: de Benjamin Constant a Rivadávia. Os Pioneiros. Organização de Francisco Campos e Gustavo Capanema. As Diretrizes e bases da Educação.			
Bibliografias básicas			
ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil . 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.			
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil . 35 ^a .ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.			
SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil . Campinas/SP: Autores Associados, 2011			
Bibliografias complementares			

<p>CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.</p> <p>CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org). Culturas, saberes e práticas: Memórias e Histórias da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>PONCE, Antônio. Educação e Luta de Classes. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
--

Disciplina: HISTÓRIA GERAL DA ARTE			
Período de oferta: 2º semestre			
Carga horária total: 43h20min	presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
<p>Estudo da arte como parte integrante do fenômeno histórico, da pré-história à contemporaneidade. Conceitos, valores e questões estéticas presentes nos movimentos artísticos de cada período histórico. Compreensão de aspectos centrais da prática artística e seu caráter dialógico em relação aos demais processos sociais.</p>			
Bibliografias básicas			
<p>ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.</p> <p>JANSON, Horst Waldemar; JANSON, Anthony. Iniciação à história da arte. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p> <p>GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p>			
Bibliografias complementares			
<p>ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Editora Schwarcz, 1997.</p> <p>BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p> <p>DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.</p> <p>HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>			

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA			
Período de oferta: 1º semestre			
Carga horária total: 76h40min	Presencial: 66h40min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
<p>O ofício do Historiador. O Campo da História. Fontes Históricas. Periodização histórica. Princípios da pesquisa Histórica. Elementos básicos da pesquisa científica. Positivismo e História. Marxismo e História. História e Historiadores.</p>			
Bibliografias básicas			

<p>BARROS, José D'assunção. O Tempo dos Historiadores. São Paulo: Vozes, 2013.</p> <p>BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.</p>
Bibliografias complementares
<p>BARROS, José D'assunção. Teoria da História - Os Primeiros Paradigmas - Positivismo e Historicismo. São Paulo: Vozes, 2011.</p> <p>BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.</p> <p>HOBBSAWM, Eric J. Sobre história. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. Campinas: Contexto, 2005.</p> <p>SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>

Disciplina: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA			
Período de oferta: 1º Semestre			
Carga horária total: 33h20 min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
<p>Introdução às Ciências Sociais. O pensamento Sociológico Clássico: Durkheim, Marx, Weber. Desenvolvimento capitalista no século XX. A especificidade do Capitalismo no Brasil. Sociologia no Brasil. Globalização. Transformações no Mundo do Trabalho. Política, Poder e Estado. Questões. Novas questões sociais.</p>			
Bibliografias básicas			
<p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.</p>			
Bibliografias complementares			
<p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.</p> <p>CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael (Org.). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.</p>			

2º SEMESTRE

Disciplina: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO			
Período de oferta: 2ºSemestre			
Carga horária total: 43h20 min	presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10 horas
Ementa			
Memória social e coletiva. Os “Lugares de memória”. Memória, Representação e Identidade. As diferentes concepções de patrimônio e seus significados. A construção do Patrimônio cultural como prática comum a diversos e múltiplos agentes. Patrimônio Cultural: bens materiais e imateriais. As normas, medidas e órgãos do Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial nas escolas.			
Bibliografias básicas			
CANDAU, Joël. Memória e identidade . São Paulo: Contexto, 2011. CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). Patrimônio artístico, histórico e tecnológico da educação profissional . São Paulo: Centro Paula Souza, 2015. SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História & Documento e metodologia de pesquisa . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
Bibliografias complementares			
ALENCAR, Chico et al. Identidade nacional em debate . São Paulo: Moderna, 2008. (Debate na escola). BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças de velhos . 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). Coleções, acervos e centros de memória: memórias e história da educação profissional . São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar, c1986. (Antropologia social). SPERBER, Suzi Franklin. Contadores de história da Amazônia ribeirinha . São Paulo: Hucitec, 1994.			

Disciplina: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO			
Período de oferta: 3º semestre			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
A Filosofia e a Filosofia da Educação. Antropologia Filosófica: as diferentes concepções de homem e as suas implicações no processo educacional. A filosofia da educação brasileira: principais representantes. Temas contemporâneos de filosofia da educação: identidade; diferença; alteridade.			
Bibliografias básicas			
GALLO, Silvio. Deleuze e a educação . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. GALLO, Silvio; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). Fundamentalismo & educação: a vila . Belo Horizonte: Autêntica, 2009 LARROSA, Jorge (org.). Elogio da escola . Autêntica, 2017.			
Bibliografias complementares			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.			

KOHAN, Walter Omar. Sócrates e a educação : o enigma da filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
LARROSA, Jorge. Pedagogia profana : danças, piruetas e mascaradas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004
RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante : cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Disciplina: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO			
Período de oferta: 2º			
Carga horária total: 43h20min	presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
Perspectivas teóricas, comportamental, social cognitiva e psicanalítica para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Contribuições para o contexto educativo.			
Bibliografias básicas			
FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria. de Lourdes. Trassi; BOCK, Ana Mercês. 14. ed. Psicologias . São Paulo: Saraiva, 2002.			
GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da educação : fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.			
VIGOTSKI, Leon; LURIA, Aleksandr.; LEONTIEV, Alexei. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.			
Bibliografias complementares			
COHEN, Ruth Helena Pinto. A lógica do fracasso escolar: psicanálise & educação . Contra Capa, 2006.			
GOULART, I. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica . 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
MIRANDA, Guilhermina Lobato; BAHIA, Sara. Psicologia da educação : temas de desenvolvimento, aprendizagem e ensino. Relógio d'Água Editores, 2005.			
TOURRETTE, C.; GUIDETTI, M. Introdução à psicologia do desenvolvimento : do nascimento à adolescência. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara; MOROZ, Melania; GIOIA, Paula Suzana. Behaviorismo radical e educação . Revista da APG, v. 9, n. 23, p. 217-237, 2000.			

Disciplina: HISTÓRIA ANTIGA			
Período de oferta: 2º			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
As experiências míticas e filosóficas na Antiguidade Clássica. Instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais das civilizações orientais e ocidentais do mundo antigo. A constituição do conhecimento histórico acerca da Antiguidade Clássica. O mundo helenístico. O desenvolvimento das <i>polis</i> Gregas. A romanização do mundo antigo. O (lento) declínio do mundo antigo.			
Bibliografias básicas			

EYLER, Flávia Maria Schlee. História Antiga: Grécia e Roma - A formação do Ocidente. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. VERNANT, Jean Pierre. As origens do pensamento grego. Trad. Ísis da Fonseca. 24.ed. São Paulo: DIFEL, 2002. WOOLF, Greg Roma: A História de um Império. São Paulo: Cultrix, 2017
Bibliografias complementares
GREEN, Peter. Alexandre, o grande: e o período helenístico. São Paulo: Objetiva, 2014. MEREDITH, Martin. O Destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganâncias e desafios. Rio de Janeiro: Zahar 2017. SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. VERNANT, Jean Pierre. O universo, os deuses e os homens. São Paulo: Companhia das Letras. 2004. VERNANT, Jean Pierre. VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. 2ª.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Disciplina: HISTÓRIA DO BRASIL I			
Período de oferta: 2º semestre			
Carga horária total: 86h40min	Presencial: 33h20min	EAD: 33h20min	PCC: 20h
Ementa			
O processo colonizador e encontros entre culturas. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Grande lavoura e lavoura para autoconsumo. Trabalho escravo e formas de resistência. Política e administração na colônia. Antigo Regime nos Trópicos e Antigo Sistema colonial.			
Bibliografias básicas			
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org). O Brasil Colonial (1580-1720). Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org). O Brasil Colonial (1720-1821). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.			
Bibliografias complementares			
FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) Na Trama das Redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. GILROY, Paul. O Atlântico Negro. São Paulo: Editora 34, 2012. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SCHWARTZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). Dicionário Crítico da Escravidão e Liberdade. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.			

3º semestre

Disciplina: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Período de oferta: 3º período			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
Bases históricas da inclusão/exclusão social das diferenças. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada/integração/inclusão. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva. Estratégias pedagógicas de valorização da diversidade.			
Bibliografias básicas			
GLAT, Rosana. A integração social do portador de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2006. SANTOS, M. P dos; PAULINO, M.M. (orgs) Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008. STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.			
Bibliografias complementares			
BRASIL. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 FACION, José Raimundo.(org) Inclusão escolar e suas implicações. 2a.ed rev. e atual. Curitiba: Ibpx, 2009. MANTOAN, Teresa; PRIETO, Rosângela; ARANTES, Valéria. (org.) Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. OLIVEIRA, Erica. Adaptações Curriculares. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.			

Disciplina: HISTÓRIA DA ÁFRICA			
Período de oferta: 3 º semestre			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
A África antes dos Europeus. A expansão do Islã na África. A África no contexto da mundialização - séculos XV ao XVII. Contatos dos reinos africanos e a expansão comercial europeia. O imperialismo europeu sobre o continente africano nos séculos XIX e X. O processo de descolonização. A África do Sul, o apartheid e Nelson Mandela. Os desafios da África contemporânea.			
Bibliografias básicas			
KABENGELE MUNANGA. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudí, 2012. MEREDITH, Martin. O Destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganâncias e desafios. Rio de Janeiro: Zahar 2017. SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2015.			

Bibliografias complementares
CLARO, Regina. Olhar a África : fontes visuais para sala de aula. São Paulo: Hedra Educação, 2012.
EL FASI, Mohammed. História geral da África III : África do século VII ao XI . Brasília: UNESCO, 2010.
HERNANDEZ, Leila Gonçalves. A África na sala de aula : visita à história contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2008.
MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007.
SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX . Brasília: UNESCO, MEC, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

Disciplina: HISTÓRIA MEDIEVAL			
Período de oferta: 3º semestre			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
A historiografia relativa ao medievo. Constituição das relações de poder e dos aspectos culturais do medievo. Simbolismo e representações sociais no campo da religiosidade. Sociedade e cultura na Baixa Idade Média: ressignificação das cidades. A Filosofia no plano intelectual cristão. A política como instrumento religioso; A alta Idade Média; A Sociedade feudal e sua organização; A arte e as sensibilidades medievais.			
Bibliografias básicas			
DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos Homens : do amor e outros ensaios. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.			
ELIOT, T. S. A Ideia de uma Sociedade Cristã e Outros Escritos . São Paulo: É Realizações, 2016.			
FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média, nascimento do Ocidente . 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.			
Bibliografias complementares			
DAWSON, Christopher. Criação do Ocidente : Religião e Civilização Medieval. São Paulo: É Realizações: 2016.			
DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente . São Paulo: Companhia das Letras, 1990.			
DUBY, George. Guerreiros e Camponeses . Lisboa. Estampa, 1986.			
_____. O Ano Mil . Lisboa: Ed. 70, 1988.			
LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval . Rio de Janeiro: Vozes, 2016.			

Disciplina: TEORIA DA HISTÓRIA			
Período de oferta: 3º Semestre			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
As Filosofias da História. As Histórias Científicas: Escola Metódica, Historicismo e Marxismo. A Nova História: a Escola dos Annales da 1ª à 3ª geração. A História vista de Baixo: História Social Inglesa e Micro-história. A História Moderna e Pós-Moderna. Estruturalismo e Pós-Estruturalismo, a Escola Francesa: Michel Foucault, Michel de Certeau, Roger Chartier e Paul Veyne. A Revolução das Fontes Históricas.			
Bibliografias básicas			
BARROS, José D'Assunção. Teoria da História: Os paradigmas revolucionários . Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.			
BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989) . Trad. Nilo Odália. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.			
CERTEAU, Michel de. A Escrita Da História . São Paulo: Forense Universitária, 2011.			
Bibliografias complementares			
BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio A Constituição da História Como Ciência - de Ranke A Braudel . Rio de Janeiro: Vozes, 2013.			
BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 2001.			
DOSSE, François. História à prova do tempo . São Paulo: Unesp, 2017.			
HARTOG, François. Evidência da História: o que os historiadores veem . Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.			
REIS, José Carlos. História e Teoria . Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.			

Disciplina: HISTÓRIA DO BRASIL II			
Período de oferta: 3º semestre			
Carga horária total: 86h40min	Presencial: 66h40min	EAD: 0	PCC: 20h
Ementa			
O processo de emancipação política do Brasil. A construção do Estado Nacional. Período Regencial. Economia e sociedade oitocentistas. O escravismo no século XIX. A escravidão como base de sustentação do Brasil imperial. Ideias e movimentos sociais de modernização e mudança e a crise do Império.			
Bibliografias básicas			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.			
COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos . 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, [2010]. 523 p. ISBN 978-85-393-0032-7			
PRADO JÚNIOR, Caio, Evolução política do Brasil/colônia e império . 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.			

Bibliografias complementares	
<p>BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. Dicionário histórico Brasil: colônia e império. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>GOENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p>	

Disciplina: LIBRAS I			
Período de oferta: 3º período			
Carga horária total:	Presencial:	EAD:	PCC:
33h20min	33h20min	0	0
Ementa			
<p>A Língua Brasileira de Sinais (Libras). Concepções sobre os surdos e a surdez: visão clínico-terapêutica e visão socioantropológica. Aspectos culturais e identitários da comunidade Surda brasileira. Políticas linguísticas e educacionais na área da surdez. Possibilidades didáticas e metodológicas na educação de alunos com surdez. Introdução aos aspectos linguísticos da Libras. Habilidades mínimas de compreensão e de expressão, visando à comunicação com pessoas usuárias de Libras.</p>			
Bibliografias básicas			
<p>GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>SKLIAR, C. (Org). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p> <p>STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Editora: UFSC, Florianópolis. 2008.</p>			
Bibliografias complementares			
<p>ALMEIDA, E. O. C. de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.</p> <p>BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273 p.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. L. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngua da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2013. v.1, v.2.</p> <p>GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

Disciplina: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO			
Período de oferta: 2º semestre			
Carga horária total:	Presencial:	EAD:	PCC:
43h20min	33h20min	0	10h
Ementa			
<p>Conceituação e delimitação do campo de estudo da sociologia da educação. As principais correntes de análise das relações entre educação e sociedade. Os novos movimentos sociais e seus impactos na educação: as relações de gênero, inclusão e os movimentos étnico-culturais.</p>			

Bibliografias básicas
ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural . São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de educação: Pierre Bourdieu . Rio de Janeiro: Vozes, 1998. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
Bibliografias complementares (5)
ALMEIDA, Felipe Quintão de; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. Bauman e a educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . 40.ed. Petrópolis: Vozes, 1997 NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu e a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

4º SEMESTRE

Disciplina: DIDÁTICA GERAL				
Período de oferta: 4º				
Carga horária total:	presencial:	EAD:	PCC:	
76h40min	66h40min	0	10h	
Ementa				
Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática e implicações no processo de ensino e aprendizagem. Planejamento e avaliação educacional. O papel da Didática na formação do educador. Tendências pedagógicas da prática escolar. Experiências alternativas para o ensino: características, componentes operacionais – possibilidades e limites. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo.				
Bibliografias básicas				
SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, Ilma Perreira. (org.). Didática: o Ensino e suas Relações . 18. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.				
Bibliografias complementares				
ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) Escola, currículo e avaliação . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013. HERNÁNDEZ, F; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio . 44. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . Campinas: Autores Associados, 2003. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 14. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.				

Disciplina: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL				
Período de oferta: 4º				
Carga horária total:	Presencial:	EAD:	PCC:	
43h20min	33h20min	0	10h	

Ementa	
Estudo das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; a organização dos sistemas nacionais de ensino; a legislação de ensino; a estrutura e o funcionamento da educação básica.	
Bibliografias básicas	
JEFFREY, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Org.). Política educacional brasileira: análises e entraves (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012. NEY, Antonio. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira . Rio de Janeiro: Wak, 2008. VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.	
Bibliografias complementares	
ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria(orgs.). O público e o privado na educação: novos elementos para o debate . São Paulo: Xamã, 2008. MARTINS, Paulo de Sena. FUNDEB, federalismo e regime de colaboração . Campinas, SP: Autores Associados, 2011. OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. In: Educação e Sociedade, vol. 30, n. 108, out./2009. OLIVEIRA, Romualdo Pereira.; SANTANA, Wagner(orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília: UNESCO, 2010. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.	

Disciplina: HISTÓRIA E CULTURA POPULAR DE MINAS GERAIS			
Período de oferta: 4º semestre			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
A diversidade e a riqueza das práticas e representações culturais populares. Aspectos da configuração sociocultural brasileira. As interfaces com a cultura de massa e/ou indústria cultural. A religiosidade popular. A cultura como prática e reflexo social. Memória e Patrimônio: história, cultura e identidade cultural. Tópicos em História Regional e Local.			
Bibliografias básicas			
CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro . 12. ed. São Paulo: Global, 2012. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3 ed. São Paulo: Global, 2015.			
Bibliografias complementares			

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil.** 13 ed. São Paulo: Global, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROMERO, Silvio. **Contos populares do Brasil.** São Paulo: Landy Editora, 2006.

Disciplina: HISTÓRIA BRASIL III		
Período de oferta: 6º semestre		
Carga horária total: 66h40min	presencial: 66h40min	PCC: 20h
Ementa		
Formação das ideias republicanas. A consolidação do regime republicano. Coronelismo e oligarquias regionais. O Rio de Janeiro e a República. O início do processo de industrialização: origens das desigualdades regionais. Movimentos sociais rurais e urbanos na primeira metade do século XX. A crise do Estado Oligárquico e a "Revolução" de 1930. A política no início da década de 1930: integralismo, comunismo e nacionalismo.		
Bibliografias básicas		
DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flavio. Políticas da Raça: experiências e legados da Abolição e do Pós-Emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2014.		
FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo Excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.		
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.		
Bibliografias complementares		
CPDOC, Revolução de 1930: Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1982. Disponível em: http://hdl.handle.net/10438/6765		
CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. Campinas: UNICAMP, 2012.		
FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.		
OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. SCHWARCZ, Lilia M. (coord). A Abertura para o Mundo: 1889-1930. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 - Volume 3. Objetiva, 2011.		

Disciplina: HISTÓRIA MODERNA				
Período de oferta: 4º semestre				
Carga horária total: 86h40min	Presencial: 66h40min	EAD: 0	PCC: 20h	
Ementa				

A expansão europeia. O Renascimento. Reforma e Contrarreforma; O Antigo Regime e o Absolutismo. O pensamento político moderno. Vida cortesã: cultura e sociabilidade. Cultura popular e modernidade. Revoltas e revoluções no séculos XVI, XVII e XVIII.
Bibliografias básicas
ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: UNESP, 2016. HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640 . São Paulo: Companhia das Letras, 1987. UNESP, 2012. SKINNER, Quentin. As fundações do Pensamento Político Moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Bibliografias complementares
CIPPOLA, Carlo. Canhões e Velas na primeira fase da expansão europeia, 1400-1700 . Gradiva, 1989. DARTON, Robert. Iluminismo como negócio . Companhia das letras, 1996. DARNTON, Robert. Censores em Ação . Como os Estados Influenciaram a Literatura Companhia das letras, 2016 ELIAS, Norbert. O processo civilizador: volume 1: uma história dos costumes . Rio de Janeiro: Zahar, 2011. THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional . São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

5º SEMESTRE

Disciplina: TCC I: INICIAÇÃO À PESQUISA					
Período de oferta: 5º					
Carga horária	total:	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0	
33h20min					
Ementa					
A produção do projeto de pesquisa na prática vivenciada durante o curso: a escolha do tema, o problema de pesquisa, a construção de hipóteses, a classificação, os delineamentos de pesquisa, o cronograma e o custo do projeto. Leitura e discussão crítica de artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na área de Educação.					
Bibliografias básicas					
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, CAMPUS INCONFIDENTES. Normas para redação do trabalho de conclusão de curso . LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
Bibliografias complementares					
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012. LUANA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução . São Paulo: EDUC, 1996. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.					

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2007.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE			
Período de oferta: 5º Semestre			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
O conceito de “natureza”. A gênese da proteção ambiental no mundo. Evolução histórica da questão ambiental - Clube de Roma, Conferência de Estocolmo e a criação do PNUMA. Relatório Brundtland, Conferência do Rio (Carta da terra, Agenda XXI, Convenção sobre diversidade biológica). Conferências internacionais sobre meio ambiente. Conferência das Partes, Protocolo de Quioto. Reflexão crítica sobre temática ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentável.			
Bibliografias básicas			
CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios . [6. ed.]. Campinas: Papirus, 2012. CARSON, Rachel. Primavera silenciosa . 1.ed. São Paulo: Gaia, 2010. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado . Rio de Janeiro: Garamond, 2004.			
Bibliografias complementares			
DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. PENTEADO, Heloisa Dupas. Meio ambiente e formação de professores . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010 MINC, Carlos. Ecologia e cidadania . 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2005. RIBEIRO, Berta G. Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia . Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. WULF, Andrea. A invenção da natureza: as aventuras de Alexander Von Humboldt . 2. ed. São Paulo: Crítica, 2017.			

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I			
Período de oferta: 5º			
Carga horária total: 33h20min	presencial: 13h20min	EAD: 30h	PCC: 0
Ementa			
Cooperação entre o Instituto e escolas parceiras do estágio. Legislação, procedimentos e documentos relacionados ao estágio. Leitura crítica da realidade escolar no nível fundamental e médio de ensino e de seu entorno. Inserção crítica e reflexiva dos futuros professores no ambiente escolar no nível fundamental e médio de ensino. Desenvolvimento de uma postura			

reflexiva e crítica, e preparação para as atividades relacionadas ao estágio.
Bibliografias básicas
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciatura . São Paulo Cengage Learning 2012. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Docência em Formação. Saberes Pedagógicos).
Bibliografias complementares
BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. Manual de orientação estágio supervisionado . 4. São Paulo Cengage Learning 2012 BRASIL. Lei 11788 , 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República, Poder executivo, Brasília, DF. Disponível em Acesso em 04 de agosto de 2018. _____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 . Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Casa Civil da Presidência da República, Poder executivo, Brasília, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file Acesso em 04 de agosto de 2018. COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil . Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR. Disponível em acesso em 04 de Agosto de 2018. IFSULDEMINAS. Resolução nº 77/2010, de 10 de dezembro de 2010 . Dispõe sobre a aprovação da Normatização de Estágio dos Cursos de Licenciatura. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre, MG. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2010/Resolucao77.pdf Acesso em 04 de Agosto de 2018.

Disciplina: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I			
Período de oferta: 6º Período			
Carga horária total: 86h40min	Presencial: 66h40min	EAD: 0	PCC: 20h
Ementa			
Protestos populares e formação da classe operária. A Revolução Francesa e sua historiografia. O Congresso de Viena e a Restauração. Os movimentos sociais de 1830 e 1848. Movimento Operário, sindicalismo e socialismo. Nacionalismo e a formação dos Estados-Nação. Expansão imperialista.			
Bibliografias básicas			
DICKENS, Charles. Tempos difíceis . São Paulo. Boitempo, 2014. (Clássicos Boitempo). HOBSBAWM, Eric. J. A era das revoluções: 1789-1848 . 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. SAID, Edward W. Cultura e imperialismo . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
Bibliografias complementares			

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era do capital: 1848 - 1875.** 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HUNT, Lynn Avery. **A invenção dos direitos humanos: uma história.** São Paulo: A página, 2007.

THOMPSON, Edward P. **Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

Disciplina: HISTÓRIA DO BRASIL IV			
Período de oferta: 5º Período			
Carga horária total: 83h30min	presencial: 33h20min	EAD: 30h	PCC: 20h
Ementa			
O populismo e a invenção do trabalhismo. O nacional-desenvolvimentismo. Os impactos da guerra fria no Brasil. A era JK. O Golpe civil-militar de 1964. A institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Relações internacionais e ditadura civil-militar. Processo de Abertura política.			
Bibliografias básicas			
FIGUEIREDO, Lucas. Lugar Nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil republicano: o tempo do regime autoritário - ditadura militar e redemocratização - quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.			
REIS, Araújo; RIDENTI, Marcelo; Ridenti; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura Que Mudou O Brasil. 50 Anos Do Golpe De 1964. São Paulo: Zahar, 2014.			
Bibliografias complementares			
ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.			
FICO, Carlos. O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008			
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar. São Paulo: Zahar, 2014.			
RECONDO, Felipe. Tanques e togas - O STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.			

Disciplina: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS			
Período de oferta: 5º			
Carga horária total: 33h20min	presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino- aprendizagem presencial ou a distância. As implicações do uso das TIC na Educação. Os critérios básicos para o emprego das novas tecnologias como ferramenta de apoio à educação. Novos perfis dos			

aprendizes e dos educadores em ambientes de aprendizagem baseados nas TIC. A alfabetização tecnológica de educadores e os softwares voltados para o ensino- aprendizagem.
Bibliografias básicas
BORBA, Marcelo de Carvalho; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; ZULATTO, Rúbia Barcelos Amaral. Educação à distância online . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. KEARSLEY, Greg. Educação on-line: aprendendo e ensinando . São Paulo: Cengage Learning, 2011. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . 8. ed. Campinas: Papyrus, 2012. (Papyrus Educação)
Bibliografias complementares
BASTOS, João Augusto S. L. A (Org.). Tecnologia & interação . Curitiba: CEFET - PR, 1998. DELORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas . Porto Alegre: Artmed, 2005. ENAP. Educação a distância em organizações públicas ; mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/376/1/Livro_EAD.pdf Acesso: 29.ago.2018. MORAN, José; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas, SP: Papyrus, 2013. RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. Educação com tecnologia: texto, hipertexto e leitura . Rio de Janeiro: Wak, 2012.

6º SEMESTRE

Disciplina: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II			
Período de oferta: 6º Período			
Carga horária total: 53h20min	Presencial: 3h20min	EAD: 30h	PCC: 20h
Ementa			
O final do século XIX e o início do XX. Revolução Russa. A Primeira Guerra Mundial. Liberalismo e regimes autoritários. A Segunda Guerra Mundial. A Guerra Fria. Crise do Mundo Soviético. A crise do Estado do Bem Estar Social. Neoliberalismo e Globalização. O Início do Século XXI.			
Bibliografias básicas			
HARVEY, David, Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . São Paulo: Loyola, 2017. HOBSBAWM, Eric. J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. LOSURDO, Domenico. Guerra e Revolução: o mundo um século após outubro de 1917 . São Paulo: Boitempo, 2017.			
Bibliografias complementares			

<p>ANDERSON, Perry. Duas Revoluções: Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.</p> <p>DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.</p> <p>HARVEY, David. O Neoliberalismo - História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.</p> <p>SEVECENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).</p> <p>WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.</p>
--

Disciplina: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA			
Período de oferta: 6º			
Carga horária total: 43h20min	presencial: 33h20min	EAD: 0	Prática: 20h
Ementa			
Natureza e objetivos do ensino de História enquanto componentes curriculares da educação infantil e fundamental. Reflexão crítica sobre a organização dos programas de ensino, propostas curriculares atuais, textos didáticos e outros materiais ou fontes. Novas metodologias do ensino de história. Subsídios para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.			
Bibliografias básicas			
KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas . São Paulo: Contexto, 2004.			
PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina. O historiador e suas fontes . São Paulo: Contexto, 2009.			
PINSKY, Carla, Fontes Históricas . São Paulo: Contexto, 2005.			
Bibliografias complementares			
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
BURKE, Peter, Testemunha Ocular: O Uso de Imagens como Evidência Histórica . São Paulo: Unesp, 2017.			
CANDAUI, Joel, Memória e identidade . São Paulo: Contexto, 2011.			
PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato . 14. ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
WITTMANN, Luisa Tombini. Ensino (d)e história indígena . São Paulo: Autêntica, 2015.			

Disciplina: HISTÓRIA DA AMÉRICA			
Período de oferta: 6º semestre			
Carga horária total: 86h40min	Presencial: 66h40min	EAD: 0	PCC: 20h
Ementa			
A Conquista e a Colonização da América. Formação e Consolidação dos Estados Nacionais na América no século XIX. Cultura e Identidade na América: americanismo, iberismo, mestiçagem. Política e Sociedade na América: caudilhismo, populismo e militarismo.			
Bibliografias básicas			

<p>BERTHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: volume 2 : América Latina Colonial. São Paulo: EdUSP, 1999.</p> <p>PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pellegrino. História da América Latina. Campinas: Contexto, 2012</p> <p>TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América. A questão do outro. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p>
Bibliografias complementares
<p>BERTHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: volume 1 : América Latina Colonial. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1998</p> <p>BERTHELL, Leslie (Org.). História da América Latina - volume 4: De 1870 a 1930. 1. ed. São Paulo: USP, 2015.</p> <p>BERTHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: volume 7 : a América Latina após 1930: Estado e política . São Paulo: EdUSP, 2009.</p> <p>HOBSBAWM, Eric J. Viva la Revolución. A Era das Utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017</p> <p>KARNAL ,Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI . São Paulo: Contexto, 2007.</p>

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II			
Período de oferta: 6º			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 13h20min	EAD: 20h	PCC: 0
Ementa			
<p>Observação do funcionamento da escola e da atividade pedagógica no âmbito de sua disciplina de formação, História, no ensino fundamental. Relação entre a teoria e prática e a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos do ensino fundamental. Embasamento teórico para o desenvolvimento de atividades planejadas no campo da prática. Planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes do ensino fundamental.</p>			
Bibliografias básicas			
<p>BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>			
Bibliografias complementares			
<p>BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Manual de orientação estágio supervisionado. 4. São Paulo Cengage Learning 2012.</p> <p>BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em Acesso em 05 de agosto 2018.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo Cengage Learning 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. 3ª. ed. São Paulo: Contexto,</p>			

1991.

Disciplina: ESCOLA E DIVERSIDADE			
Período de oferta: 7º Período			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
Os conceitos de identidade e de diferença. A educação e as relações étnico-raciais. Educação Indígena e Quilombola. Educação escolar e as relações de gênero e sexualidade. A legislação educacional brasileira e a atenção à diversidade.			
Bibliografias básicas			
ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural . São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.			
Bibliografias complementares			
CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil . São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011 JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas . 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			

7º SEMESTRE

Disciplina: HISTÓRIA RURAL DO BRASIL			
Período de oferta: 7º Semestre			
Carga horária total: 43h20 min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 10h
Ementa			
Aspectos históricos e sociais da agricultura no Brasil. Desenvolvimento agrário, agrícola e agro-industrial brasileiro. Fases da evolução agrária brasileira. Modernização capitalista da agricultura brasileira: a formação do agronegócio. Transformações dos espaços agrários e dos ciclos produtivos. Equação terra e poder político. Conformação do chamado “novo rural brasileiro”. Relações Sociais no Espaço Agrário Brasileiro - agentes e conflitos. Agricultura familiar em suas diversas formas. Agricultura patronal. Tipologias de trabalhadores rurais. A Questão Agrária e Agrícola no Brasil. Características da produção agrícola e agroindustrial.			

Movimentos sociais rurais e conflitos sociais no campo. Inovação tecnológica na agricultura e as contradições ambientais e sociais.
Bibliografias básicas
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2007. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
Bibliografias complementares
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1) FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977. (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil ; 2). FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil : uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III			
Período de oferta: 7º			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 13h20min	EAD: 20h	PCC: 0
Ementa			
Observação do funcionamento da escola e da atividade pedagógica no âmbito de sua disciplina de formação, História, no ensino médio. Relação entre a teoria e prática e a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos do ensino médio. Embasamento teórico para o desenvolvimento de atividades planejadas no campo da prática. Planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes do ensino médio. Observação do funcionamento da escola e da atividade pedagógica no âmbito de sua disciplina de formação no ensino médio.			
Bibliografias básicas			
BITTENCOURT, Circe. (Org.) O saber histórico na sala de aula . 7ªed. São Paulo: Contexto, 2002. KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula : Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004. PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato . 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1991.			
Bibliografias complementares			
BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio : ciências humanas e suas tecnologias. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (volume 3) Disponível em Acesso em 05 de agosto de 2018.			

<p>_____, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em Acesso em 05 de agosto 2018.</p> <p>COLOMBO, Irineu Marinho; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR. Disponível em acesso em 04 de Agosto de 2018.</p> <p>NOSELLA, Paolo. Qual compromisso político?: ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 147 p. (Estudos CDAPH).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009. xxx, 86 p. (Polêmicas do nosso tempo).</p>

Disciplina: HISTÓRIA DO BRASIL V			
Período de oferta: 7º Período			
Carga horária total: 53h20min	presencial: 3h20min	EAD: 30h	PCC: 20h
Ementa			
O projeto/processo de liberalização política no Brasil. A transição para a Nova República. Desafios do Brasil contemporâneo: pobreza, violência e cidadania. Avanço das direitas; reflexões sobre 2016: Impeachment ou Golpe?			
Bibliografias básicas			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil republicano: o tempo da nova república – da transição democrática à crise política de 2016 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.			
GASPARI, Elio. A ditadura acabada . São Paulo: Intrínseca, 2016.			
SADER, Emir, (Org.) et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.			
Bibliografias complementares			
MASCARO, Alysson Leandro Crise e Golpe . São Paulo: Boitempo, 2018.			
MARTINS, José de Souza. Do PT das lutas sociais ao PT do poder . São Paulo: Contexto, 2016.			
OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco . São Paulo: Boitempo, 2003.			
SINGER, André; LOUREIRO, Isabel Maria (Org.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016.			
VAINER, Carlos. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil . São Paulo: Carta Maior, 2013.			

Disciplina: LIBRAS II			
Período de oferta: 7º Período			
Carga horária total: 53h20min	presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 20h
Ementa			

Aprofundamento em Libras. Especificidades do Universo Surdo: Educação Bilíngue, Cultura e Identidade, Estrutura linguística e gramatical da Libras. Vocabulário básico contextualizado da Libras. Comunicação efetiva em Língua de Sinais.

Bibliografias básicas

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GARCIA, Eduardo de Campos; DIGIAMPIETRI, Maria Carolina Casati; GUERRA, Gleidis Roberta. **Ensaio sobre educação**: para pensar o surdo, a Libras, a pedagogia e a fonoaudiologia. Salto, SP: Schoba, 2012. 70 p.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

Bibliografias complementares

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógica?** A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos** - ideologias e práticas pedagógicas. - 4a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola, 2012. 187 p. (Estratégias de ensino 35).

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. – São Carlos: EdUFSCar, 2013. 254 p.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Michael Cole [et al.] (org.). 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche.

Disciplina: TCC II			
Período de oferta: 7º			
Carga horária total: 33h20min	Presencial: 13h20min	EAD: 40h	PCC: 0
Ementa			
Construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com abordagem sistematizada e científica das experiências teórico-metodológicas vivenciadas. Sessões de orientação coletiva. Reflexões sobre a Pesquisa em Ciências Humanas e História.			
Bibliografias básicas			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História & Documento e metodologia de pesquisa . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. ISBN 978-85-7526-243-6			
Bibliografias complementares			

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, CAMPUS INCONFIDENTES. **Normas para redação do trabalho de conclusão de curso**.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

8º SEMESTRE

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV			
Período de oferta: 8º			
Carga horária total: 43h20min	Presencial: 13h20min	EAD: 30h	PCC: 0
Ementa			
Construção da práxis docente do profissional de História. Observação, registros e docência no ensino da História. Especificidades do processo formativo como a educação de público-alvo da educação especial, a educação do campo, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação indígena e das relações étnico-raciais.			
Bibliografias básicas			
<p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.</p>			
Bibliografias complementares			
<p>BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. Manual de orientação estágio supervisionado. 4. São Paulo Cengage Learning 2012.</p> <p>BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (volume III) Disponível em Acesso em 05 de agosto de 2018.</p> <p>COLOMBO, Irineu Marinho; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR. Disponível em acesso em 04 de Agosto de 2018.</p> <p>NOSELLA, Paolo. Qual compromisso político?: ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.</p>			

Disciplina: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Período de oferta: 8º

Carga horária total: 33h20min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
Os primórdios de uma escrita histórica sobre o Brasil. A produção historiográfica brasileira, de meados do século XIX às tendências contemporâneas. As instituições e o campo historiográfico no Brasil. As escolas historiográficas e sua repercussão no Brasil. Os clássicos da historiografia brasileira sob perspectiva. As tendências da historiografia brasileira. Os desafios da historiografia no Brasil contemporâneo.			
Bibliografias básicas			
FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva . São Paulo: Contexto, 1998. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC . 9ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3. ed. São Paulo: Global, 2015.			
Bibliografias complementares			
ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história . 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores . Rio de Janeiro: FGV, 1996. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira, (Org.). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados . São Paulo: Boitempo, 2014.			

Disciplina: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA			
Período de oferta: 8º Semestre			
Carga horária total: 106h40min	Presencial: 6h40min	EAD: 60	PCC: 40h
Ementa			
Noções básicas para a compreensão das especificidades do ensino-aprendizagem a distância. Concepções da Educação a Distância (EaD) e a necessidade de um trabalho colaborativo. As mediações das tecnologias e a relação técnico-pedagógica. O planejamento de um material didático interativo. As particularidades do acompanhamento processual do aluno. O gerenciamento da sala de aula virtual. O processo avaliativo na EaD. Materiais Didáticos e Acessibilidade na EaD.			
Bibliografias básicas			

<p>BORBA, Marcelo de Carvalho; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; ZULATTO, Rúbia Barcelos Amaral. Educação à distância online. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>KEARSLEY, Greg. Educação on-line: aprendendo e ensinando. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). Educação a distância: o estado da arte. Vol. 1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf Acesso: 10. out.2018.</p>
Bibliografias complementares
<p>DELORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>ENAP. Educação a distância em organizações públicas; mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/376/1/Livro_EAD.pdf Acesso: 29.ago.2017.</p> <p>HACK, Josias Ricardo. Introdução à Educação a Distância. Florianópolis: UFSC/CCE/DLLE, 2014. Disponível em: http://www.hack.cce.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/IntroEAD_Espanhol.pdf Acesso: 10. mai. 2018.</p> <p>LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). Educação a distância: o estado da arte. Vol. 2. 2ªed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_2.pdf Acesso: 10. mai. 2018.</p> <p>SOUSA, Antonio Heronaldo de. (org.) Práticas de EAD nas Universidades Estaduais e Municipais do Brasil: cenários, experiências e reflexões. Florianópolis: UDESC, 2015. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/gpimem/downloads/livro/pratica-de-ead-abruem-2015-livroonline.pdf Acesso: 10. mai. 2018</p>

Disciplina: HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL			
Período de oferta: 8º Semestre			
Carga horária total: 33h20 min	Presencial: 33h20min	EAD: 0	PCC: 0
Ementa			
<p>História social e movimentos sociais no Brasil. Paradigmas clássicos e contemporâneos nos estudos dos movimentos sociais. Conceitos e abordagens. Movimentos sociais no Brasil Imperial e Republicano. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Debates sobre os “novos movimentos sociais”. Lutas Sociais, Identidade, Cidadania e Democratização. Movimentos sociais operários e sindical, feminista, ambientalista, negro e LGBT. Movimentos sociais urbanos e rurais: questão agrária e luta pela qualidade de vida nas cidades. Relação entre público e privado. Uma sinopse: Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira. Movimentos sociais e globalização. A “não-cidadania” e a reprodução da violência e da desigualdade social.</p>			
Bibliografias básicas			

<p>CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 12.ed. Petropolis: Vozes, 2015.</p> <p>GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Novas teorias dos movimentos sociais. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p> <p>VAINER, Carlos B. et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior, 2013.</p>
Bibliografias complementares
<p>ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.</p> <p>HUNT, Lynn Avery. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: A página, 2007.</p> <p>MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.</p> <p>REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 1996.</p> <p>SADER, Emir, (Org.) et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.</p>

Disciplina: FONTES HISTÓRICAS E PRÁTICA DOCENTE				
Período de oferta: 8º				
Carga horária total:	presencial: 3h20min	EAD: 30h	PCC: 30h	
63h20min				
Ementa				
O uso de fontes históricas como recurso didático em sala de aula. Produção de material didático e paradidático. Roteiro de análise de fontes. Plano de aula centrado em fonte histórica.				
Bibliografias básicas				
<p>BURKE, Peter, Testemunha Ocular: O Uso de Imagens como Evidência Histórica. São Paulo: Unesp, 2017.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.</p>				
Bibliografias complementares				
<p>BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.</p> <p>PINSKY, Carla, Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1991.</p> <p>SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>				

12. METODOLOGIA

Diferentes ferramentas de aprendizagem poderão ser utilizadas mediante a participação ativa dos docentes, técnicos administrativos e estudantes, tendo em vista a construção dos

conhecimentos teóricos e práticos necessários às atividades relacionadas ao exercício profissional futuro do licenciado em História como, aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos de livros, aulas expositivas, visitas em instituições educacionais e culturais, aulas práticas, ensaios em laboratórios, seminários, simpósios, palestras, consultas e pesquisas em bibliotecas e centros de documentação, iniciação científica, incentivo à participação em projetos de pesquisa e extensão entre outros.

As atividades serão construídas a partir de uma ótica baseada na interdisciplinaridade; na formação profissional para a cidadania; no estímulo à autonomia intelectual; responsabilidade, compromisso e solidariedade social; diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem.

12.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

No contexto das principais finalidades da educação no mundo contemporâneo, os cursos de licenciatura devem possibilitar situações de ensino-aprendizagem, em espaços e tempos compartilhados fisicamente ou não, utilizando-se da mediação direta ou propiciada por diferentes tecnologias, principalmente pelas tecnologias digitais. Quanto a isso, contamos, nos últimos anos, com uma série de experiências que surgiram nas universidades e que resultaram no redimensionamento do cenário da educação. Dentre elas, destacam-se novas metodologias que, fundadas no avanço tecnológico, permitiram o alargamento da noção de aula e de aprendizagem, culminando em relações pedagógicas mais amplas e mais democráticas.

O Curso de Licenciatura em História do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes conta com a disciplina de Educação e Tecnologias, que aborda fundamentalmente, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação. O Campus Inconfidentes disponibiliza laboratórios de Informática com computadores conectados à internet para uso dos alunos, salas de aula e espaços de convivência com acesso livre à internet e um Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) que contém equipamentos tecnológicos como lousa Interativa, impressora 3D, scanner 3D, mesas digitalizadoras, tablets, câmeras filmadoras e fotográficas, equipamentos utilizados para construção de objetos de aprendizagem e modelos educacionais.

Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs), tais como: gravação de áudio e vídeo, sistemas multimídias, redes sociais, fóruns

eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, softwares, suportes eletrônicos, Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A utilização destes recursos tem como objetivo promover a interatividade entre docentes e discentes, assegurar o acesso fácil a materiais ou recursos didáticos e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Ressalta-se que a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, no presente projeto, constitui-se fundamentalmente como ferramenta de apoio ao ensino presencial e seguirá as determinações da Resolução nº120/2016 do CONSUP, que dispõe sobre a alteração da Resolução 064/2016 Normas para oferta de Carga Horária à distância em Cursos Presenciais do IFSULDEMINAS.

A oferta de carga à distância deverá ser precedida, quando houver a necessidade, de realização de capacitação docente, sob responsabilidade da Equipe Pedagógica e do Centro de Educação à Distância (CEaD) do Campus Inconfidentes. Caberá ainda, à Direção Geral do Campus, assegurar as condições de infraestrutura e recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Educacionais (TEDs).

Os docentes poderão utilizar diferentes formatos para sua execução e avaliação nas disciplinas. No entanto, é necessário sempre descrever antecipadamente no plano de ensino da disciplina o conteúdo a ser desenvolvido no ambiente, a sua forma de execução e avaliação e a carga horária destinada a cada uma das atividades.

O cronograma da oferta de carga horária à distância de cada disciplina deve respeitar as necessidades exigidas pelas atividades planejadas. Sendo assim, poderá haver disciplinas que possuam oferta de carga horária à distância de periodicidade semanal, e outras que possuam periodicidade mensal, por exemplo. Desta forma, será possível que as disciplinas trabalhem com unidades temáticas e de atividades referentes à oferta de carga horária à distância ao longo do semestre.

As atividades na modalidade à distância possuem uma carga horária associada em que, o cumprimento ou não destas atividades por parte do aluno deve ser registrado no diário de classe, de modo que seja feito o controle da frequência do mesmo na disciplina. Neste sentido, o cumprimento ou a entrega de uma atividade por parte do acadêmico será contabilizado como presença na carga horária específica destinada para aquela atividade, da mesma forma que a presença física do aluno em uma aula tradicional também é contabilizada.

O planejamento da oferta de carga horária à distância, discriminada na matriz curricular do curso, deverá constar no plano de ensino da disciplina, no qual também deverá constar a carga horária a distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e

mecanismos de atendimento ao aluno. Ao utilizar o ambiente virtual, o docente poderá utilizar os seguintes recursos:

- Interação com os alunos através do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Publicação de materiais, como: vídeos, animações, músicas, sites, blogs, fotografias e outros recursos midiáticos;
- Criação de atividades dissertativas e ou objetivas;
- Publicação de comunicados individuais ou coletivos;
- Criação de salas de bate papo;
- Criação de fóruns de discussão;
- Visualização de relatórios de acesso e de participações nas atividades.

Havendo disponibilidade de ferramentas apropriadas, algumas formas de atividades semipresenciais poderão ser utilizadas, tais como:

- Discussões síncronas e assíncronas à distância sobre tópicos relacionados aos conteúdos através de correspondência eletrônica, fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs e ambientes virtuais de aprendizagem;
- Redação colaborativa de material sobre os assuntos da disciplina.

O planejamento da oferta de carga horária à distância, discriminada na matriz curricular do curso, deve constar no plano de ensino da disciplina, no qual também deve constar a carga horária a distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento ao aluno. Para tanto, foi criado o documento: “Orientações para oferta de carga horária à distância no curso de Licenciatura em História” elaborado pelo NDE em conjunto com a Equipe Multidisciplinar do campus e aprovado pelo colegiado do curso.

As atividades de tutoria, por sua vez, são exercidas pelos próprios docentes das disciplinas, uma vez que o número de discentes não será alterado, ou seja, as turmas são de até 35 alunos. Como nenhuma disciplina ocorre de forma totalmente à distância, nos primeiros encontros presenciais o professor compartilha seu plano de ensino detalhado e orienta sobre o atendimento no ambiente virtual de aprendizagem. As atividades de tutoria realizadas pelos docentes são orientadas pela Equipe Multidisciplinar e pela Coordenação do Curso. Ao final dos períodos letivos acontece uma avaliação das disciplinas ofertadas de forma a identificar aspectos que podem ser aprimorados em ofertas futuras. Vale ressaltar que todo controle do processo de ensino-aprendizagem e avaliação, tanto das atividades presenciais como do ambiente virtual de aprendizagem, permaneceram sob a responsabilidade do docente da respectiva disciplina.

A equipe multidisciplinar é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um

contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de curso, professores/as e técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente nas ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Sendo assim, a atuação da equipe multidisciplinar, suas atribuições e finalidades são: Auxiliar o planejamento e gestão da oferta de disciplina com oferta parcial de carga horária à distância; Auxiliar professores/as na busca da melhoria da qualidade do material didático disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem – AVA; Auxiliar as coordenações de curso e a equipe de tecnologia de informação (TI) no desenvolvimento de mídias e tecnologias que busquem qualificar as estratégias de melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Outras atividades não citadas aqui poderão ser utilizadas, desde que julgadas convenientes pelo professor da disciplina, aprovadas pelo colegiado de curso e, posteriormente, descritas no plano de ensino da disciplina. O momento à distância será previsto apenas por meio de ambiente virtual de aprendizagem definido pelo *Campus*. O acesso a outras ferramentas como: correios eletrônicos, aplicativos de bate papo, entre outros, não serão considerados para fins de avaliação.

12.2 Prática como Componente Curricular (PCC)

A prática como componente curricular poderá ser realizada a partir da elaboração de materiais - técnico, científico, didático e pedagógico - relacionados aos conteúdos ministrados nas disciplinas. Conforme previsto na Matriz Curricular, algumas disciplinas apresentam maior carga horária relativa à PPC, pois trabalham conteúdos diretamente ligados à prática da docência de História nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A discriminação de carga horária de PCC na Matriz não implica na necessária realização das atividades integradas à disciplina.

Conforme § 1º, inciso I, do artigo 13 da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de 400 (quatrocentas) horas de práticas enquanto componentes curriculares (PCCs). Com isso, os cursos de licenciatura devem propiciar aos educandos atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do ensino fundamental e do ensino médio, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

As atividades são desenvolvidas no ambiente educativo, futuro campo de atuação do profissional, e servem como oportunidade para o confronto entre a teoria e a prática, com vistas à investigação científica.

A inserção da prática enquanto componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais disciplinas, não se restringindo apenas ao estágio, e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. As atividades relacionadas à PCC poderão constar como item avaliativo nas disciplinas, desde que discriminado no plano de ensino da disciplina.

A Prática Curricular deve tender à transversalidade em todos os momentos em que se reflete, pratica ações ou produz algo que potencializa a atividade profissional docente. Deve tender também à interdisciplinaridade, pois, deve observar, refletir, registrar e resolver problemas (ou pelo menos potencializar soluções).

O Parecer nº 15 (CNE/CES, de 2 de maio de 2005), descreve as possibilidades de ações propiciadas pela prática como componente curricular:

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (BRASIL, 2005, p. 12).

Dessa forma, entende-se que a Prática como Componente Curricular simula situações, cria objetos e atitudes com cientificidade e antecipa a prática docente propriamente dita.

O projeto de prática aqui apresentado se preocupa em atender às novas Diretrizes Curriculares para as Licenciaturas, que determina que os egressos dos cursos estejam aptos a considerar as “dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica” (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, a prática como componente curricular prevista na Licenciatura em História poderá ser realizada, desde que prevista no Plano de Ensino e avaliada pelo Colegiado, de três formas:

I – de maneira individual, no interior das disciplinas que apresentam carga horária para PCC, por meio de atividades descritas previamente nos planos de ensino;

II – por meio de projetos integradores, que trabalharão, semestralmente, a carga horária de prática como componente curricular definida nas disciplinas, em atividades que integrem conteúdos e práticas destas disciplinas. Os projetos serão coordenados por um docente efetivo e serão apresentados para análise e aprovação do Colegiado no semestre anterior a sua oferta.

III – por meio de disciplina específica de prática como componente curricular, intitulada “Fontes históricas e prática docente”, ministrada no 8º semestre e com carga horária de 33h20min, das quais 30h serão ministradas de forma à distância.

Assim, os projetos integradores de PCC se apresentam como possibilidade real de estabelecer um diálogo entre as disciplinas, fortalecer a compreensão global do curso e dinamizar a potencial organicidade da estrutura curricular.

12.3 Curricularização da extensão

A extensão é uma ação que historicamente imprime uma identidade às universidades latino-americanas, ainda que haja influências europeias e norte-americanas. Além do mais, a extensão tem uma relação direta com as demandas sociais de determinadas épocas e está relacionada com as classes e estratos dominantes nas conjunturas históricas. Portanto, a extensão é uma questão histórica e social que envolve a universidade e, agora, também, os Institutos Federais, que, por sua vez, também têm um lastro histórico com as demandas da realidade, sobretudo, econômicas. Em outras palavras, a extensão não é apenas uma questão metodológica e nem mesmo apenas de princípio: ensino-pesquisa-extensão. A extensão tem uma perspectiva originada na sociedade e uma atuação na transformação da instituição universitária.

A extensão e a curricularização da extensão são coisas distintas, apesar de relacionadas, pois há projetos propriamente de extensão, de práticas ou ações extensionistas, tal como na pesquisa. Assim, a ideia não é necessariamente ou diretamente envolver a extensão na matriz curricular, visto que a creditação da extensão/curricularização da extensão deve ter relação direta com o ensino e com o processo de ensino-aprendizagem. E ainda uma relação com a pesquisa, ou seja, para se pensar em curricularização da extensão é imprescindível que se transformem os princípios da educação e que de fato a educação incorpore no trabalho acadêmico a tríade

ensino-pesquisa-extensão. Enfim, a extensão não pode ser considerada diretamente como transposição da extensão para a sala de aula. A extensão ganha relevância e espaço quando articulada à referida tríade.

A curricularização da extensão precisa ser compreendida como ou enquanto currículo e não diretamente ou enviesadamente como extensão. Isso significa que é preciso ter consciência educacional e pedagógica nas questões curriculares. Há um vasto campo de ensino e pesquisa que tem como foco os conceitos, as concepções e as práticas curriculares que precisam estar em destaque nos princípios e diretrizes de curricularização da extensão.

Assim, se o currículo envolve uma discussão político-pedagógica e envolve aspectos ideológicos, se faz necessário fazer o mesmo procedimento com a inclusão do “princípio da extensão no currículo”, caso contrário, em vez de curricularização da extensão, o que ocorre é a invasão da extensão e suas vicissitudes na formação científica e educacional, corroendo a própria tríade ensino-pesquisa-extensão.

A extensão como relação universidade e sociedade tem relação direta com a autonomia universitária garantida constitucionalmente, pois, em geral, a autonomia das universidades é de forma grosseira entendida como autonomia perante as demandas imediatas da realidade, especialmente as econômicas, mas não o é perante a própria realidade. Isso quer dizer que a produção científica não segue demandas utilitárias e pragmáticas, mas as demandas da sociedade são base da produção acadêmico-científica.

Assim, a relação é de independência e de articulação, já que a autonomia não é absoluta. Por este motivo ainda que a curricularização da extensão somente pode ser entendida com a mudança de postura institucional e a partir do momento em que de fato for considerado a sério a perspectiva interdisciplinar da tríade ensino-pesquisa-extensão. É somente pela tríade que o preceito constitucional é garantido no artigo 207, que garante: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A extensão pressupõe a autonomia universitária.

- 1) As 320 horas destinadas às atividades de extensão serão realizadas na organização curricular do curso por meio das disciplinas “Práticas extensionistas”, ofertadas no 2º, 4º, 6º e 8º semestres com carga horária de 80 horas cada uma. Tais disciplinas poderão ser executadas de diversas formas, com destaque para: projetos de extensão que mobilizem mais de uma turma regular; projetos que articulem atividades que integram disciplinas regulares do mesmo período, períodos distintos ou até de outros cursos superiores da

instituição. (interdisciplinar, transdisciplinar e intercursos). Também poderão ser executados projetos que surjam de demandas externas ao campus, de setores da sociedade civil, instituições públicas ou privadas, desde que tenham relação com o perfil do curso e do egresso.

- 2) As disciplinas de “práticas extensionistas” integram o núcleo de formação geral.
- 3) Em todo primeiro semestre letivo, o Colegiado do curso definirá um cronograma com os prazos para a submissão das propostas de disciplinas, que serão avaliadas e inseridas na proposta de atividade curricular no semestre seguinte.
- 4) O aproveitamento de outras atividades extensionistas será avaliado pela coordenação do curso e/ou colegiado do curso. De antemão, serão consideradas atividades de caráter extensionista aquelas realizadas pelos discentes no âmbito de projetos executados na e pela instituição desde que tenham relação com o perfil do curso e do egresso.
- 5) Também serão contabilizadas, para efeito de cumprimento de carga horária mínima obrigatória, atividades de iniciação à docência executadas na e pela instituição, desde que tenham relação com o perfil do curso e do egresso.

Da organização e formato dos projetos apresentados:

- 1) As disciplinas deverão apresentar, no mínimo, dois (2) docentes responsáveis, sendo que ao menos um deles deve ser docente regular do curso;
- 2) Excepcionalmente, algumas atividades relativas à disciplina poderão ser realizadas no semestre anterior ou subsequente, desde que integre o planejamento aprovado no Colegiado do curso.
- 3) As disciplinas terão a carga horária dividida de forma equitativa entre os docentes responsáveis;

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado a partir do 5º período do curso, devendo totalizar 400h, distribuídas entre: anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Conforme já destacado neste documento, a distribuição da carga horária relativa ao estágio, procura atender as orientações do Inciso IV, do Art. 8º da Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006, que observa a necessidade de “[...] assegurar aos graduandos experiência de exercício

profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências [...]”.

Observamos ainda que o estágio deve ser realizado em conformidade com a Lei 11.788/2008, a Resolução CNE/ CP n. 01, 18 de fevereiro de 2002 e a Resolução CONSUP/ IFSULDEMINAS N° 097/2019. Deverá ocorrer em escolas de educação básica, preferencialmente públicas e gratuitas, em regime de colaboração entre o IFSULDEMINAS e as escolas das redes de ensino na região.

Ressalta-se o primeiro parágrafo do artigo 10 do da Lei 11.788/2008: "O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino". (BRASIL, 2008).

As atividades de estágio serão supervisionadas por professor especificamente designado para esta função (professor orientador do estágio), por meio das aulas das disciplinas de estágio supervisionado, encontros com os alunos e visitas às escolas parceiras.

O estágio deve proporcionar aos licenciandos a inserção em seu futuro ambiente de trabalho e, portanto, não pode restringir-se a atividades de observação, devendo incluir: o planejamento, a execução e a avaliação de intervenções pedagógicas, elaboração de materiais didáticos, pesquisas sobre a realidade escolar, seus sujeitos e seu entorno, o apoio ao professor supervisor de estágio, planejamento, execução e avaliação de projetos de interesse das escolas e que estejam relacionados com a natureza do trabalho educativo, participação em diferentes espaços da escola para além da sala de aula (reuniões de planejamento, de pais, feiras, confraternizações, datas comemorativas e outras) etc.

Ao longo do estágio, os professores orientadores devem proporcionar aos licenciandos oportunidades para que analisem criticamente as experiências de estágio, procurando articular conhecimentos de distintas naturezas (pedagógicos, específicos), atitudes e disposições, procurando também superar análises superficiais e de senso comum que possam surgir nos ambientes de trabalho dos professores, as escolas. Deve ser fomentada por meio de instrumentos como, casos de ensino, diários de observação, leitura e discussão de textos, discussões em aulas sobre temas específicos e sobre as vivências do estágio.

Conforme parágrafo único do Art. 1º da Resolução CNE/CP nº 02 de 19 de fevereiro de 2002, os estudantes que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 horas, desde que essas atividades sejam realizadas a partir do 5º período do curso. O desconto das horas

levará em consideração o nível de ensino de atuação profissional do estudante, para cada nível (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) o desconto máximo de 100h.

Do mesmo modo, os licenciandos participantes de projetos ou programas de iniciação à docência, devidamente registrados, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100h para cada nível de ensino (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) de acordo com o nível de atuação do programa de que participam. O aproveitamento de estágio não obrigatório como obrigatório poderá ser realizado desde que seja cursado após o quinto período do curso.

O estágio supervisionado promoverá a relação teoria e prática e a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, com a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.

As demais determinações e procedimentos estão descritos no Regulamento de Estágios do curso de Licenciatura em História, aprovado pelo colegiado no primeiro semestre de 2021 e que será periodicamente avaliado e atualizado quando constatada a necessidade.

14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Com o intuito de atingir o perfil profissional exigido pelo contexto social no qual se desenvolve o trabalho educativo, a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História prevê a realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

Para obter o título de Licenciado em História, o estudante deverá cumprir uma carga horária mínima de 200 horas de AACC. Essas atividades devem contribuir para a formação profissional do aluno no desenvolvimento de novas habilidades, competências e atitudes, do ponto de vista técnico, ético e humanístico.

Conforme a Resolução nº 2/2015, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

[...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de

comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10).

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os educandos devem estar imersos em atividades que contribuam para sua formação cidadã, humana e profissional.

Essas atividades, que totalizam 200 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade deverá ser passível de verificação, sendo regidas por Regulamento interno próprio. Em casos de realização de atividades que contabilizem mais que 200 horas, as horas excedentes não serão contabilizadas, tampouco constarão na certificação de conclusão de curso.

Serão validadas apenas atividades com datas após o ano de ingresso do estudante no curso.

14.1 Computação e avaliação das atividades

As Atividades acadêmico-científico-culturais terão supervisão e avaliação da pertinência ao curso analisadas pelo professor responsável pelo recebimento e avaliação da documentação:

- I. As atividades serão registradas diretamente no sistema acadêmico SUAP.edu, de forma individual por cada estudante.
- II. A aprovação da atividade realizada pelo estudante ocorre após a análise dos relatórios/resumos juntamente com os comprovantes das atividades.
- III. A comprovação das atividades será realizada por meio de relatórios, certificados, impressos, tickets, etc.
- IV. O estudante deverá realizar atividades, tais como as sugeridas na tabela abaixo:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
Visitas Técnicas (visitas institucionais mediadas por servidores relacionadas a área do curso)	10 horas, com comprovante de visita e relatório.

<p>Participação em Atividades Científicas (participação em congressos, seminários, palestras, defesas de dissertação e tese)</p>	<p>10 horas, com comprovante de participação e relatório.</p>
<p>Atividades Culturais (perpassando todas as linguagens: artes cênicas, artes visuais, música e artes corporais)</p>	<p>05 horas, com apresentação de comprovante e relatório.</p>
<p>Atividades assistenciais (voluntariado)</p>	<p>10 horas/dia completo, com apresentação de relatório e comprovantes.</p>
<p>Atividades Acadêmico-Científicas Artigos publicados em jornais ou revistas, iniciação científica (Trabalhos feitos pelo estudante), iniciação à docência, participação em projetos de extensão, monitoria acadêmica.</p>	<p>20 horas, com apresentação do Artigos artigo ou declaração do orientador/coordenador do projeto.</p>
<p>Cursos Extracurriculares</p>	<p>20 horas, por curso, mediante comprovação de carga horária e relatório.</p>

<p>Visitas a instituições</p> <p>(incluindo escola-modelo, creches, Universidades, campus do IFSULDEMINAS, ONGs com assistência educacional, laboratórios de ensino, hospitais, clubes com atividades pedagógicas, patrimônios culturais, patrimônios tombados, cidades históricas, monumentos, museus, memoriais, sítios de reservas, parques temáticos, entre outras).</p>	<p>05 horas, com apresentação de resumo crítico e comprovante.</p>
<p>Participação em Fóruns</p>	<p>05 horas, com apresentação de relatório/resumo, mais comprovante de participação.</p>
<p>Leituras</p> <p>(livros ou artigos referentes ao curso ou disciplina publicados em jornais, revistas ou periódicos e obras literárias)</p>	<p>05 horas, com apresentação de resumo crítico e cópia da capa do livro ou artigo.</p>
<p>Participação na organização de Eventos do IFSULDEMINAS</p>	<p>20 horas, por evento, mediante comprovação de participação</p>
<p>Participação em competições e atividades esportivas</p>	<p>05 horas, com apresentação de comprovante ou certificado de participação</p>
<p>Membros de comissões e colegiados</p>	<p>03 horas por reunião</p>
<p>Estágio não obrigatório regulamentado pelo CIEC</p>	<p>05 horas por semestre</p>

Atuação em representações estudantil	10 horas por semestre
---	-----------------------

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O ato de avaliar implica acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem em busca de se obter os melhores resultados possíveis. A proposta para uma avaliação progressista requer um novo olhar sobre a ação pedagógica. O educador, ao analisar o contexto no qual está inserido, deve decidir as estratégias adequadas à intervenção da aprendizagem utilizando a maior diversidade de procedimentos possíveis. Além disso, deve adaptar suas práticas avaliativas à realidade do aluno, incluindo aí aqueles com necessidades especiais e especificidades de aprendizagem.

A avaliação não deve ser um processo excludente e, sim, um procedimento que vise a readequação do processo de ensino e aprendizagem de forma a garantir o sucesso e a permanência dos estudantes. No decorrer do processo, professores e alunos devem se conscientizar de seu desempenho e assumir as responsabilidades que lhes cabem.

Dentro dos instrumentos de avaliação poderão ser utilizados:

1. Trabalhos de pesquisa;
2. Apresentação de seminários, debates;
3. Provas objetivas e subjetivas com análise, interpretação e sínteses;
4. Atividades experimentais/laboratoriais;
5. Projetos interdisciplinares;
6. Elaboração de relatório e defesa de estágio curricular.

Os alunos que obtiverem aproveitamento semestral em uma determinada disciplina igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do total, e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) serão considerados aprovados. A verificação do aproveitamento dos alunos, nas disciplinas do Curso de Licenciatura em História, obedecerá aos critérios definidos nas Normas Acadêmicas dos Cursos Superiores do IFSULDEMINAS. Cabe ressaltar a possibilidade de oferta de aulas de monitoria, para os acadêmicos que obtiverem baixo rendimento. Os monitores são assessorados pelos professores responsáveis pela disciplina, critério previsto na normativa

docente do IFSULDEMINAS e alguns laboratórios são disponibilizados para efetivação dessas aulas.

Será realizado o acompanhamento sistemático da monitoria pelo professor responsável, inclusive por meio da lista de presença e propostas de atividades. Cada professor deve, também, segundo a normativa docente, disponibilizar horários para atendimento aos discentes. As demais especificidades sobre o processo de avaliação da aprendizagem estarão referenciadas no Regulamento Interno do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.

Os instrumentos avaliativos e o cronograma das avaliações são de escolha do professor de cada disciplina, respeitada a regulamentação do Campus e a concepção de que a avaliação do desempenho acadêmico deve ser processual, diagnóstica e contínua ao longo das atividades curriculares, por meio de mecanismos participativos e transparentes.

A proposta deve ser exposta e discutida junto aos alunos no início de cada semestre letivo, atentando ao respectivo calendário escolar, devendo constar no plano de ensino de cada disciplina.

15.1. Da Frequência

De acordo com as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação presenciais do IFSULDEMINAS, é obrigatória a frequência de estudantes às aulas, conforme art. 47, § 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

Será admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas em cada disciplina e nas demais atividades escolares. O controle da frequência é de competência do professor, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua situação.

Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo computados diretamente pela Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA).

Diante da justificativa, o estudante tem a falta registrada, mas faz jus ao direito de realizar as avaliações aplicadas no período/dia de sua ausência. Tal justificativa deverá ser apresentada pelo estudante à SRA ou à Coordenação do Curso, acompanhada de formulário disponibilizado pela instituição, devidamente preenchido, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis após a data de aplicação da avaliação.

São considerados documentos para justificativa da ausência:

- a. atestado médico;
- b. certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus;

- c. declaração de participação em eventos de ensino, pesquisa, extensão com, ou sem, apresentação ou publicação de artigo. Serão aceitos como documentos comprobatórios aqueles emitidos pela instituição organizadora do evento ou, na falta, pelo coordenador de curso ou coordenador da área;
- d. atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para a quantificação da frequência e o conteúdo não será registrado. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o professor deverá ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula lançando presença ao(s) participante(s) da aula.

15.2 Da verificação do rendimento escolar e da aprovação

O registro do rendimento acadêmico dos estudantes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observação, relatórios, autoavaliação, estudos dirigidos, seminários entre outros.

Nos planos de ensino deverão estar previstas, no mínimo, duas avaliações formais conforme os instrumentos citados, devendo ser respeitado no máximo 50% da pontuação do semestre para cada avaliação.

O professor deverá publicar as notas das avaliações em até duas semanas após a data de aplicação. Os estudantes terão direito à revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na SRA.

O resultado do semestre será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, à fração decimal. As avaliações aplicadas pelos docentes deverão ser graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, à fração decimal.

Será atribuída nota 0,0 (zero) à avaliação do estudante que deixar de comparecer às aulas nas datas das avaliações sem a justificativa legal. Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina nos cursos de graduação, serão aplicados os critérios abaixo:

- I. O estudante será considerado APROVADO quando obtiver média semestral na disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos e frequência por disciplina (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), sendo a composição das notas semestrais feitas através da média das avaliações.
- II. II. Terá direito ao exame final da disciplina o estudante que obtiver MD igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0 e FD igual ou superior a 75%. Após o exame final, será considerado

aprovado o estudante que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final (NF) será calculada pela média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.

- III. Estará REPROVADO o estudante que obtiver MD inferior a 4,0 (quatro) pontos ou nota final (NF) inferior a 6,0 (seis) pontos ou FD inferior a 75%.
- IV. Prevalecerá como nota final (NF) do semestre a média ponderada entre a média da disciplina e o exame final.

O estudante terá direito à revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota. Terá o dobro do tempo normal do curso, contados a partir da data de ingresso no primeiro semestre, como prazo máximo para conclusão do mesmo.

15.3. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

A LDBEN prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas necessidades, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica [...] *é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.* A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos e na educação superior. Essa educação deve ser

suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma dessas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício dessas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. A terminalidade específica e demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

15.3.1 Flexibilidade Curricular

Adaptações curriculares deverão ocorrer no nível do projeto político pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser relativos à priorização de áreas, unidades de conteúdos, à reformulação das sequências de conteúdos ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.
 - a. Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos - didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
 - b. Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e seus conteúdos.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto de Autoavaliação do IFSULDEMINAS foi elaborado em cumprimento à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),

O Programa de Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES é o centro de referência e articulação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e se desenvolve em duas etapas principais: a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004; b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Em decorrência de sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das Instituições; globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou recredenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior (SINAES). Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a

melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se que o Colegiado de Curso juntamente com o NDE deverá organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

A realização de avaliação contínua, por meio da CPA, das práticas pedagógicas contidas no PPI, PPC e do PDI possibilita uma análise e discussão dos resultados com a comunidade escolar além de delinear e fornecer informações úteis para a tomada de decisões que devem ser utilizadas como subsídios para uma gestão pontual e aprimorada com o intuito de cumprir a missão institucional.

Essas ações orientarão o estabelecimento de convênios com segmentos da área do curso para a realização de visitas técnicas, realização de seminários temáticos, práticas laboratoriais, parcerias em pesquisa aplicada e extensão e para a realização de estágios e ou obtenção de empregos e ações de empreendedorismo. É importante ressaltar que a avaliação contínua do Projeto Pedagógico do Curso deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribuirá para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões.

Com os dados obtidos, será possível a análise sobre a coerência entre os elementos constituintes do projeto, a pertinência da matriz curricular em relação ao perfil desejado e ao desempenho do egresso, bem como a identificação dos entraves para a execução do que foi proposto, possibilitando mudanças graduais e sistemáticas. Esta avaliação dar-se-á em todas as suas dimensões, abrangendo:

Objetivos do curso e perfil do profissional a ser formado;

Competências e habilidades desenvolvidas nos formandos;

Organização curricular do curso;

Sistemática de avaliação empregada nas disciplinas;

Suporte físico, computacional e bibliográfico para funcionamento do curso.

Com um processo contínuo, o colegiado, composto pelos professores das disciplinas específicas do curso, juntamente com o coordenador, deverá realizar pelo menos uma reunião bimestral para analisar e debater sobre o bom andamento da Matriz Curricular, bem como a proposição inicial do Projeto Político Pedagógico do curso superior de Licenciatura em História.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um importante incentivo à pesquisa, necessário ao prolongamento da atividade de ensino e instrumento para a iniciação científica. O planejamento e o desenvolvimento do TCC (escolha do tema, redação de projeto, etc.) poderão ocorrer desde o primeiro semestre do curso, vinculado a diversos componentes curriculares, de acordo com as preferências do discente.

O aluno deverá elaborar um TCC que será entregue no final do curso, como exigência para conclusão da Licenciatura em História. O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser avaliado por Banca de Exame de Trabalho de Curso, com defesa pública, conforme orienta o Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS em vigência¹.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso, as seguintes propostas:

1. Produção de pesquisa que resulte em texto completo publicado em anais e apresentados em forma de comunicação oral em eventos científicos; Essa proposta não prescinde da avaliação por Banca Examinadora, com defesa pública.

2. Escrita de artigo científico com modelo próprio (ANEXO I) para avaliação por Banca Examinadora, com defesa pública.

3. Publicação de artigo científico em periódico com Qualis CAPES. Essa proposta prescinde da avaliação por Banca Examinadora, com defesa pública.

4. Monografia de conclusão de curso, com avaliação de Banca Examinadora de Curso, com defesa pública. De acordo com o Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS.

Os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em História são:

1. Possibilitar ao discente a iniciação à pesquisa, dando-lhe condições para a futura publicação de artigos e trabalhos científicos e a continuidade dos estudos em programas de pós-graduação;

2. Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;

3. Aprofundar e atualizar os conteúdos programáticos do ensino de história, especialmente na educação básica.

4. Subsidiar o processo de formação do profissional docente de História.

O TCC deverá se limitar à grande área de Ciências Humanas (7000000), preferencialmente as subáreas: História, Educação, Sociologia e Filosofia, conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES, considerando a disponibilidade de servidores efetivos para a orientação.

¹ A Resolução nº069/2017 e a Resolução 075/2020, além de eventuais alterações futuras.

A composição das bancas de exame de trabalho com defesa pública deverão seguir os seguintes critérios:

1. O orientador, servidor efetivo do IFSULDEMINAS, presidirá a banca;
2. Dois membros convidados, dos quais um deve, obrigatoriamente, ser servidor efetivo do IFSULDEMINAS.
3. indicação de um suplente
4. Todos os membros deverão ter titulação mínima de especialização.

O TCC será realizado individualmente, sob a orientação de um professor do IFSULDEMINAS, preferencialmente do Curso de Licenciatura em História. O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido ao longo do curso e contará com dois momentos de reflexão específicos durante o desenvolvimento das disciplinas: TCC I e TCC II, respectivamente.

A avaliação, obrigatoriamente, será do texto escrito e da apresentação oral durante realização da Banca Examinadora.

Como conceito final, a banca examinadora emitirá um dos seguintes conceitos:

Aprovado(a) ou Reprovado(a).

Para os casos de Reprovação, o discente deverá realizar a revisão do TCC conforme as observações propostas, ou elaboração de novo artigo e apresentação/defesa no semestre subsequente.

Cabe salientar o suporte oferecido pelo curso para o desenvolvimento dos trabalhos de conclusão: docentes orientadores qualificados na área de interesse; infraestrutura laboratorial; recursos de informática, necessários à análise dos resultados obtidos e elaboração do relatório final e referencial teórico presente na Biblioteca Central, para fornecer o embasamento teórico e metodológico necessário à execução de qualquer trabalho científico.

Os TCC serão disponibilizados em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

18. APOIO AO DISCENTE

Os discentes do curso de Licenciatura em História poderão participar do Programa de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, que se constitui em um conjunto de ações destinadas a todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio e de graduação.

O programa tem por objetivo assegurar a inserção, a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que possam contribuir para o combate à situações de repetência e evasão.

Destina-se, principalmente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, dentre os critérios de seleção dos estudantes, leva-se em conta o perfil socioeconômico dos mesmos e a realidade apresentada pela demanda na Instituição.

No IFSULDEMINAS, *Campus* Inconfidentes, a Assistência Estudantil está organizada da seguinte maneira:

Alojamento Estudantil: os estudantes do sexo masculino regularmente matriculados no ensino técnico integrado, que residem em municípios que impossibilitam a viagem diária, poderão solicitar vaga no alojamento no momento da matrícula.

Programa Auxílio Estudantil: o Programa de Auxílio Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (PAE- IFSULDEMINAS) está organizado em 5 modalidades de auxílios financeiros voltadas ao atendimento prioritário de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em seus cursos nas modalidades: técnico integrado, concomitante, subsequente e graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura), visando à permanência e êxito no processo educativo bem como a autonomia do estudante. As 5 modalidades são: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche e auxílio material didático. A inscrição será feita on-line e o estudante deverá observar o passo a passo para inscrição e a lista de documentos solicitados em edital publicado. Ao ser contemplado, o estudante receberá o auxílio por meio de conta bancária. O auxílio moradia para discentes do ensino técnico integrado é ofertado prioritariamente para as meninas, visto a existência de alojamento masculino na instituição.

Auxílio participação em Eventos Acadêmicos, Científicos ou Tecnológicos (EVACT): este auxílio é concedido aos estudantes que queiram participar ou possuem publicações a serem apresentadas em eventos (congresso, seminários, fóruns, entre outros). Ao comprovar sua inscrição, poderá solicitar o auxílio EVACT observando o prazo e as exigências em edital publicado.

18.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terão direito a adaptação curricular, que deverá ser elaborada pelos docentes com

assessoria/acompanhamento do NAPNE e formalizada no plano educacional individualizado conforme resolução do IFSULDEMINAS.

O Campus Inconfidentes, com o assessoramento do NAPNE, assegurará às pessoas com deficiência as condições que possibilitem o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Para tanto, promoverá ações junto à comunidade acadêmica possibilitando:

Acessibilidade arquitetônica: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal: Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações: Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As disciplinas equivalentes serão analisadas pelo docente titular e pelo coordenador do curso, quando de sua solicitação pelo aluno, e poderão ser substituídas pelas disciplinas consideradas como equivalentes após o processo.

Poderá ser dada a equivalência quando a carga horária e ementa forem compatíveis com as respectivas disciplinas oferecidas pelo curso. O pedido de dispensa em disciplinas será feito da seguinte forma:

Cabe à Seção de Registros Escolares montar o processo de exame de equivalência ou dispensa da disciplina cursada em outra Instituição de Ensino e encaminhar à Coordenação de Curso ao qual pertence o aluno.

1. O candidato poderá ser dispensado de cursar disciplina (s) que já tenha cursado em outra Instituição, desde que os conhecimentos desenvolvidos e a carga horária sejam equivalentes em pelo menos 75% aos da disciplina pretendida.

2. A dispensa de cursar uma ou mais disciplinas é dada quando o conteúdo ou a somatória de conteúdo da disciplina cursada em outra IES satisfaz o conteúdo de uma ou mais disciplinas oferecidas neste Instituto, devendo ser observada a relação horas/aula.

§ 1º - O requerimento será analisado pelo professor da área e pela Coordenação de Curso em até cinco dias úteis antes do prazo previsto para o início da matrícula.

§ 2º. - Caberá análise, para efeito de declaração de equivalência ou dispensa das disciplinas cursadas em outra Instituição de Ensino, somente daquelas que vierem a integrar o currículo pleno vigente do curso de opção do aluno.

§ 3º. - Excluem-se do exame para reconhecimento quaisquer disciplinas que tenham sido cursadas em outras Instituições de Ensino na qualidade de aluno especial.

20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

20.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em História do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes é composto por cinco membros, incluindo o coordenador do curso, que também o preside. Todos os membros são docentes do Curso.

A participação dos docentes na implementação de ações e tomada de decisões relacionadas ao curso deverá ser efetiva e ocorrerá por meio de reuniões bimestrais sistemáticas previamente agendadas e orientadas pelo coordenador do curso. As reuniões bimestrais permitem a constante atualização da linguagem referente ao mecanismo de funcionamento do Curso, discutindo e sugerindo ações a serem implementadas em seu projeto pedagógico.

Os professores do NDE do curso de Licenciatura em História do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes são efetivos pertencentes ao RJU (Regime Jurídico Único) com 40 horas e Dedicção Exclusiva (DE) o que garante maior disponibilidade do docente para participar de

forma efetiva das decisões que corroboram para o pleno funcionamento do curso. Os membros são: Marcus Fernandes Marcusso (presidente), Lívia Carolina Vieira, Fátima Saionara Leandro Brito, Melissa Salaro Bresci e Cinelli Tardioli Mesquita.

O Núcleo Docente Estruturante, de caráter consultivo, propositivo e executivo em matéria acadêmica, possui as seguintes atribuições:

- I. elaborar o projeto pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- II. estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- III. avaliar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- IV. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- VI. analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas e sua articulação com o projeto pedagógico do curso;
- VII. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- VIII. Analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho

Parágrafo único. As proposições do NDE serão submetidas à apreciação e deliberação do Colegiado do Curso.

21.2. Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente

O Colegiado do Curso de Licenciatura em História do IFSULDEMINAS, *Campus Inconfidentes* é composto por oito membros titulares, incluindo o coordenador do curso, que também o preside; e dois discentes.

O Colegiado de curso tem função normativa, deliberativa, executiva e consultiva, com composição, competências e funcionamento definidos pelo Regimento interno do colegiado de curso. As reuniões acontecerão, ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de iniciativa de seu Presidente ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando a pauta. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação poderá ser reduzido e a indicação da pauta omitida, justificando-se a medida no início da reunião, conforme art. 11 do regimento interno do colegiado de curso.

21.3 Atuação do Coordenador

O coordenador do curso de Licenciatura em História atuará no atendimento das demandas do curso, sejam por parte dos discentes, dos docentes ou, ainda, àquelas de natureza administrativa e organizacional, dentre as quais se destacam:

O acompanhamento das ações promovidas pelos docentes e discentes durante o desempenho de suas atividades disciplinares;

A realização de reuniões com Colegiado do Curso, sempre que necessárias;

A realização de reuniões com o Núcleo Docente Estruturante, sempre que necessárias;

A disponibilização de horário para atendimento dos discentes e docentes do Curso;

Pautar a representação em colegiados superiores a um plano de ação documentado e compartilhado;

Diagnosticar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

21.4 Corpo Docente

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Área de atuação
Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestrado	DE	Análise e Produção de Texto Acadêmico.
Lidiane Teixeira Xavier	Doutorado	DE	Psicologia da Educação, Teorias Pedagógicas, Políticas Públicas e Educação.
Lívia Carolina Vieira	Doutorado	DE	História da Educação, Educação e Tecnologias, Ensino de História, Estágio Supervisionado.
Fernanda Aparecida Leonardi	Doutorado	DE	Metodologia da Pesquisa, Estágio Supervisionado.

Davi Vieira Medeiros	Mestrado	DE	Língua Portuguesa, Literatura e Libras
João Paulo Lopes	Doutorado	DE	História da África, Cultura Afro-brasileira e Indígena; História, Memória e Patrimônio, História do Brasil República e Historiografia Brasileira, TCC; Estágio Supervisionado.
Luís Carlos Negri	Mestrado	DE	História da Arte, História e Cultura Popular.
Marcus Fernandes Marcusso	Doutorado	DE	História da Educação, História do Brasil Republicano, Historiografia, Ensino de História e Teoria da História.
Melissa Salaro Bresci	Doutorado	DE	História da Educação, Didática, Educação Inclusiva, Gestão Educacional, Avaliação Educacional, Organização do Trabalho Pedagógico.
Paula Inácio Coelho	Mestrado	DE	Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Educação e Diferença.
Ediano Dionísio do Prado	Mestrado	DE	Sociologia, Sociologia Rural, História dos Movimentos sociais.
Fátima Saionara Leandro Brito	Doutorado	DE	História Antiga, História Medieval e Teoria da História.

Roberto Marin Viestel	Mestrado	DE	História do Brasil Colonial e Imperial.
Mark Pereira dos Anjos	Mestrado	DE	Direito e Meio Ambiente.
Giovane José da Silva	Doutorado	DE	História intelectual, História Moderna, História da América
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	Doutorado	DE	História Contemporânea, História recente do Brasil, História Econômica.

21.5 Corpo Administrativo

Nome	Cargo	Formação
Adevaldo José Da Silva	Operador de Máquinas Agrícolas	Especialista
Adriana da Silva Oliveira	Assistente Social	Especialista
Adriana Martins Silva Santos	Odontóloga	Mestre
Adriana Nilceia Scheffer	Auxiliar de Cozinha	Fundamental Incompleto
Agnaldo Tadeu Hermógenes	Vigilante	Médio Completo
Aline Silva dos Santos	Assistente Social	Especialista
Alordo Pereira da Silva	Técnico em Zootecnia e Veterinária	Graduado

Ana Paula Dos Santos Vianna de Andrade	Enfermeira	Especialista
Ângela Regina Pinto	Bibliotecária	Especialista
Antônio Evanil de Souza	Assistente em Administração	Especialista
Antônio Marcos de Godoi	Auxiliar de Agropecuária	Especialista
Ariane Helena Marciano Fernandes	Auxiliar de Enfermagem	Técnico Enfermagem
Artur Dimas Frans Santos	Assistente em Administração	Especialista
Bruno Manoel Rezende de Melo	Técnico em Agropecuária	Mestre
Carla Pacheco Govea	Psicóloga	Especialista
Caroline Maria Machado Alves	Auxiliar de Biblioteca	Graduada
Cesar Bonifácio Junqueira	Técnico em Agropecuária	Mestre
Claudino Pinto Cardoso	Vigilante	Especialista
Cleonice Maria da Silva	Pedagoga	Mestre
Cristiane de Freitas	Assistente em Administração	Especialista
Denise Dutra Santos Inojosa	Administradora	Graduada
Ediney Sebastião Paradelo	Mestre em Edificações e Infraestrutura	Especialista

Edison Clayton Pistelli	Técnico em Agropecuária	Mestre
Eduardo de Oliveira Rodrigues	Engenheiro Químico	Doutor
Emerson Michelin	Técnico em Eletrônica	Graduado
Eufrásia de Souza Melo	Auditora Interno	Especialista
Érika Paula Pereira	Assistente de Alunos	Graduada
Eustáchio Carneiro	Técnico em Agropecuária	Especialista
Fábio Brazier	Pedagogo	Especialista
Fernanda Coutinho Pinheiro	Técnica em Alimentos e Laticínios	Graduada
Fernando Jacometti Soares	Assistente em Administração	Graduado
Flavio Eduardo Vilas Boas	Operador de Máquinas Agrícolas	Fundamental Completo
Flavio Favilla	Operador de Máquinas de Lavanderia	Ensino Médio
Francisco Carlos B. Couto	Técnico em Contabilidade	Especialista
Gabriel Maduro Marcondes Pereira	Técnico da Tecnologia da Informação	Graduado
Gilcimar Dalló	Técnico da Tecnologia da Informação	Especialista
Gutenberg Scheffer	Pedreiro	Fundamental Incompleto

Heleno Lupinacci Carneiro	Analista de Tec. Informação	Especialista
Hugo Sarapo Costa	Assistente em Administração	Especialista
Ieda Maria da Costa	Assistente em Administração	Especialista
Jesus Bento da Silva	Técnico em Agropecuária	Especialista
Jesus do Nascimento Pereira	Técnico em Agropecuária	Especialista
Joana Maria Silva do Vale	Técnica em Contabilidade	Especialista
José Carlos Costa	Médico Veterinário	Especialista
José Roberto de Carvalho	Auxiliar de Agropecuária	Especialista
José Valmei Bueno	Jornalista	Especialista
Juliana Gomes Tenório	Administradora	Especialista
Júlio César de Almeida	Operador de Máquinas Agrícolas	Médio Completo
Laís de Souza	Assistente em Administração	Especialista
Laodiceia Vaz de Lima Souza	Operador de Máquinas de Lavanderia	Médio Completo
Lidiane de Oliveira	Bibliotecária	Especialista
Lucas Deleon Ramirio	Técnico em Segurança do Trabalho	Especialista
Lindolfo Ribeiro Silva Junior	Assistente em Administração	Especialista

Lúcio Adriano Galvão de Oliveira	Assistente de Aluno	Especialista
Luighi Fabiano B. Silveira	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduado
Luiz Carlos Pereira	Motorista	Fundamental Incompleto
Magda Maria de Faria	Nutricionista	Especialista
Marcos César Fredericci	Administrador	Especialista
Marcos Roberto Dos Santos	Técnico em Agrimensura	Mestre
Maria do Carmo Silva Bonamichi	Cozinheira	Fundamental Incompleto
Maria José Adami Bueno	Médico	Mestre
Marly Cristina Barbosa Ribeiro	Técnica em Enfermagem	Especialista
Martinho Cesar Alberti	Auxiliar de Agropecuária	Graduado
Mateus Henrique Pereira Gonçalves	Técnico em Laboratório de Informática	Técnico Profissionalizante
Maura Pereira Fagundes Garcia	Assistente em Administração	Especialista
Oliveiros Miranda dos Santos	Técnico em Agropecuária	Mestre
Oswaldo Francisco Bueno	Técnico em Agropecuária	Mestre
Patrícia Guidi Ramos Pistelli	Auxiliar de Agropecuária	Especialista

Paula Érika Goedert Doná	Assistente em Administração	Especialista
Paulo Sérgio Bonamichi	Técnico em Agropecuária	Especialista
Pedro Paulo Oliveira	Nutricionista	Mestre
Priscilla Lopes Ribeiro	Assistente em Administração	Graduada
Rafael Gomes Tenório	Assistente em Administração	Mestre
Rafael Luiz Rafaeli	Mestre em Edificações e Infraestrutura	Especialista
Rafaella Lacerda Crestani	Pedagoga	Mestre
Ricardo Silvério Dias	Vigilante	Especialista
Rita Maria Paraiso Vieira	Administrador	Especialista
Roberto Mendonça Maranhão	Administrador	Especialista
Rogério Robs Fanti Raimundo	Assistente em Administração	Especialista
Ronaldo Reale	Técnico em Agropecuária	Especialista
Sérgio Diogo de Pádua	Assistente de Alunos	Especialista
Sheila Guidi Soares Pistelli	Assistente em Administração	Especialista
Silvana Candido da Silva	Auxiliar de Agropecuária	Especialista
Silvério Vasconcelos Braga	Técnico em Agropecuária	Especialista

Sissi Karoline Bueno da Silva	Administradora	Especialista
Taciano Benedito Fernandes	Técnico em Alimentos e Latincínios	Mestre
Tania Gonçalves B. S. Kellner	Assistente de Aluno	Especialista
Tiago Ariel Ribeiro Bento	Assistente em Administração	Ensino Médio
Thiago Caixeta Scalco	Contador	Especialista
Thiago Marçal da Silva	Técnico em Laboratório	Médio Completo
Tone Vander Marcílio	Técnico em Laboratório - Biologia	Especialista
Vladmir Fernandes	Assistente em Administração	Especialista
Wagner Geraldo Alves Silveres	Porteiro	Fundamental Incompleto
Wagner Roberto Pereira	Assistente de Administração	Especialista
Wanderson Rodrigues da Silva	Assistente em Administração	Especialista
Wilson Roberto Pereira	Técnico em Agropecuária	Doutor

22. INFRAESTRUTURA

22.1. Biblioteca

A Biblioteca “Afonso Arinos” possui uma área de 719,056 m². Este espaço é dividido da seguinte forma: um salão onde é acondicionado o acervo bibliográfico, com 25 mesas redondas para estudo em grupo, e uma sala para estudo individual, com 33 cabines, totalizando 151 assentos. Possui, ainda, uma sala de processamento técnico, e recepção, totalizando 06 computadores para uso interno, sendo um destinado aos empréstimos. Para os usuários estão disponíveis 08 computadores (desktops) com acesso à internet e 10 netbooks para uso interno, além de 01 computador para consulta local do acervo. Possui 68 armários guarda-volumes, banheiros coletivos, masculino e feminino, e banheiros individuais acessíveis, masculino e feminino.

O acervo bibliográfico é constituído de material impresso e digital, sendo 7321 títulos e 19261 exemplares impressos, dos quais **1201 títulos e 2555 exemplares são da área de Ciências Humanas**. A média de circulação anual é de 6000 empréstimos e 5000 renovações. Os e-books estão disponibilizados na plataforma “Minha Biblioteca”, com um total de 8592 títulos ofertados neste formato.

A organização do acervo é feita de acordo com Classificação Decimal Dewey (CDD), por autor segundo a tabela (PHA) e catalogado de forma descritiva, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). O Software utilizado para catalogação e pesquisa é o Sistema Gerenciador Bibliográfico Pergamum. Para a busca de títulos, a biblioteca disponibiliza aos usuários terminal de consulta local, além da busca remota, via internet.

Os principais serviços prestados aos usuários são: empréstimo, renovação e reserva de livros, pesquisa ao acervo, acesso à internet cabeada e wireless, empréstimo de material entre bibliotecas do IFSULDEMINAS, acesso à plataforma “Minha Biblioteca”, catálogo online, orientação na normatização de trabalhos acadêmicos (ABNT), catalogação na fonte, levantamento bibliográfico, consulta a periódicos CAPES e acesso outras bases de dados.

22.2 Centro de Memória e Documentação

O Campus Inconfidentes conta com um Centro de Memória e Documentação, o CEMEDOC, que foi implementado definitivamente ao longo de 2022. O espaço abriga a documentação administrativa e contábil do campus Inconfidentes, com documentos de desde a década de 1920. A documentação está em processo de catalogação e organização e será base de pesquisas futuras sobre a instituição. O espaço poderá abrigar, no futuro, exposições de itens históricos, eventos acadêmicos e de pesquisa. Em associação com a missão do CEMEDOC também contamos com o Arquivo Escolar, composto por documentos escolares referentes à história do Campus Inconfidentes. O acervo documental conta com itens do início do século XX, perpassando um período de mais de seis décadas. Ambos os espaços figuram como local

privilegiado para o curso de História, sendo possível realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão.

22.3 Laboratórios de Ensino e Formação Docente

O Campus Inconfidentes conta com dois laboratórios de ensino e formação docente. São eles: o Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) e o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE). Ambos poderão ser utilizados por docentes e discentes para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O Laboratório de Ensino de Humanidades (LEHUMA), criado no segundo semestre de 2019, apesar de criado e destinado principalmente aos alunos do curso de Licenciatura em História, constitui-se num espaço de integração entre as atividades docentes e discentes de todos os cursos de licenciaturas dos campus, preocupados com a produção e difusão de pesquisas, atividades extensionistas, estudos e atividades voltadas para o ensino de Humanidades.

O LEHUMA tem como objetivo potencializar as ações relacionadas à área de Ensino de Humanidades, focalizando na educação básica pública. O laboratório constitui-se num espaço de suporte aos processos de ensino de história do curso de Licenciatura em História, com atividades desenvolvidas no Estágio Obrigatório e nas práticas de ensino de história.

Ainda oferece suporte na pesquisa sobre as demais áreas disciplinas da área de Humanidades, objetivando a integração com a comunidade externa através de projetos e atividades.

Entre as possibilidades de ação do LEHUMA podem ser elencadas: 1) Produzir materiais pedagógicos na área do Ensino de História e de Humanidades em geral; 2) Criar um banco de dados de ações educativas e acervo de materiais, em página digital, de forma a divulgar as ações; 3) Criar uma revista eletrônica para publicações de artigos; 4) Divulgar práticas de ensino, de pesquisa e extensão; 5) Divulgar eventos na área de Humanidades; 6) Fomentar a formação e consolidação de grupos de pesquisa. As ações são registradas e divulgadas na redes sociais e no site do LEHUMA: <https://sites.google.com/view/lehuma/>

22.4 Gabinetes de trabalho para os professores tempo integral

Todos os professores de tempo integral têm gabinetes de trabalho, sendo que em todos os gabinetes há computadores, conectados à internet e as impressoras, para uso exclusivo dos docentes. Os gabinetes de trabalho apresentam bom estado de conservação, limpeza, acústica e iluminação.

22.5 Laboratórios de Informática

O IFSULDEMINAS, *Campus Inconfidentes* possui os seguintes laboratórios de informática:

Laboratório de Informática 1, 2,3 e4

Laboratório de Informática Orientada e Laboratório de Informática e Empreendedorismo

Laboratório de hardware e Laboratório de rede

22.6 Demais espaços

Salas de aula com equipamentos áudio visuais;

Refeitório e Três auditórios;

Casa das Artes.

23. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Será conferido o grau de Licenciado em História ao acadêmico que concluir, com aprovação, todos os componentes curriculares e demais atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

Para a expedição de Diplomas e Certificados deverá ser considerado o disposto nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Resolução nº2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. CNE. Brasília/DF, 2015b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>

Acesso: 28. set. 2018.

Resolução CNE/CP nº 01/2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL, **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República-Casa Civil, 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL, **Decreto 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República-Casa Civil, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm Acesso: 28. set.

2018.

BRASIL. **Parecer CNE 67/2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2003. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf> Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 13/2001**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf> Acesso: 28. set. 2018.

BRASIL, **Parecer CNE/CES nº 15/2005**, de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf Acesso: 11. out. 2018

BRASIL. **Lei nº 9394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília/DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso: 28. set. 2018.

ANEXO I - MATRIZ DE TRANSIÇÃO - 2023-2025

Para as turmas que ingressaram em 2020, 2021 e 2022 será aplicada a seguinte matriz de transição, com validade até o segundo semestre letivo de 2025. Em resumo, trata-se da oferta das disciplinas de “História Contemporânea II” e “História do Brasil V” que passarão a ter oferta de carga horária à distância com a manutenção da carga horária total das disciplinas e da Prática Como Componente Curricular definidas na versão anterior do PCC, de 2019. As ementas seguirão o PPC de 2019.

7º semestre							
#	Disciplinas	Aulas Presenciais		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	História Contemporânea II	4	80	6:40:00	20:00:00	60:00:00	86:40:00
2	História do Brasil IV	4	80	66:40:00	20:00:00	0:00	86:40:00
3	História da Educação III	4	80	66:40:00	00:00:00	0:00	66:40:00
4	Educação, Gênero e Sexualidade	2	40	33:20:00	10:00:00	0:00	33:20:00
5	Estágio Supervisionado III	2	40	13:20:00	00:00:00	20:00:00	33:20:00
6	TCC II	2	40	03:20:00	00:00:00	30:00:00	33:20:00
Total		18	360	190:00:00	50:00:00	110:00:00	350:00:00

8º semestre							
#	Disciplinas	Aulas Presenciais		Carga Horária			TOTAL
		Semanal	Semestral	Presencial	PCC	EAD	
1	História do Brasil V	2	40	3:20:00	10:00:00	30:00:00	43:20:00
2	Estágio Supervisionado IV	2	40	13:20:00	00:00:00	20:00:00	33:20:00
3	Historiografia Brasileira	2	40	33:20:00	00:00:00	0:00	33:20:00
4	História dos movimentos sociais no Brasil	2	40	33:20:00	00:00:00	0:00	33:20:00
5	Optativa II	2	40	33:20:00	00:00:00	0:00	33:20:00
6	Fontes Históricas e prática docente	2	40	3:20:00	30:00:00	30:00:00	63:20:00
Total		12	240	120:00:00	40:00:00	80:00:00	240:00:00

Documento Digitalizado Público

Licenciatura em História

Assunto: Licenciatura em História
Assinado por: Marcia Machado
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcia Rodrigues Machado, DIRETOR - CD3 - IFSULDEMINAS - DE**, em 29/11/2022 16:33:39.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/11/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 356265

Código de Autenticação: 4628841d31



Documento Digitalizado Público

RESOLUÇÃO 297/2022 COM ANEXO

Assunto: RESOLUÇÃO 297/2022 COM ANEXO
Assinado por: Iracy Lima
Tipo do Documento: Resolução
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Iracy Renno Moreira de Lima, Iracy Renno Moreira de Lima - 3515 - TÉCNICOS EM SECRETARIADO; TAQUÍGRAFOS E ESTENOTIPISTAS - Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00482840000138)**, em 20/12/2022 16:52:16.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 366470

Código de Autenticação: 1064b378d9

